

ANAIIS

I Seminário do Egresso

Organizadores:

Alexandre da Silva

Vanessa Dal Canton

Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida

Hellen Boton Gandin

Suelen Bourscheid

Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros

Mônica Strege Médici

EDITORA
URI
FREDERICO WESTPH

I SEMINÁRIO DO EGRESSO

ANAIS



UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO
ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

REITOR
Arnaldo Nogaro
PRÓ-REITOR DE ENSINO
Edite Maria Sudbrack
PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-
GRADUAÇÃO
Marcelo Paulo Stracke
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Ezequiel Plínio Albarello

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral
Elisabete Cerutti
Diretor Acadêmico
Carlos Eduardo Blanco Linares
Diretor Administrativo
Alzenir José de Vargas

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral
Paulo Roberto Giollo
Diretor Acadêmico
Adilson Luis Stankiewicz
Diretor Administrativo
Paulo José Sponchiado

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretora Geral
Berenice Beatriz Rossner Whatuba
Diretor Acadêmico
Carlos Augusto Fogliarini Lemos
Diretor Administrativo
Gilberto Pacheco

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral
Julio Cesar Wincher Soares
Diretora Acadêmica
Claudete Moreschi

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral
Renata Barth Machado

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral
Renzo Thomas



ANAIS DO I SEMINÁRIO DO EGRESSO

2 de julho de 2024
Frederico Westphalen - RS

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

URI/FW – Universidade Regional Integrada do Alto
Uuruguai e das Missões - Câmpus de Frederico
Westphalen

PPGEDU – Programa de Pós-Graduação *Stricto*
Sensu - Mestrado e Doutorado em Educação

Daniel Pulcherio Fensterseifer
Marinês Aires
Camila Aguilar Busatta
Alexandre da Silva
Susana Michels

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Alexandre da Silva
Vanessa Dal Canton
Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida
Hellen Boton Gandin
Suelen Bourscheid
Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros
Mônica Strege Médici

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

I SEMINÁRIO DO EGRESSO

ANAIS

Organizadores

Alexandre da Silva
Vanessa Dal Canton
Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida
Hellen Botton Gandin
Suelen Bourscheid
Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros
Mônica Strege Médici



Frederico Westphalen
2024



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Alexandre da Silva, Vanessa Dal Canton, Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida, Hellen Botton Gandin, Suelen Bourscheid, Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros, Mônica Strege Médici

Revisão Metodológica: Responsabilidade dos (as) autores (as)

Revisão Linguística: Responsabilidade dos (as) autores (as)

Diagramação: Editora URI – Frederico Westph

Capa/Arte: Isabela Vanzin da Rocha

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

S474a Seminário do Egresso (1.: 2024 : Frederico Westphalen, RS)
Anais [do] I Seminário do Egresso [recurso eletrônico] / organizadores
Alexandre da Silva ... [et al.]. – Frederico Westphalen : URI Frederico
Westph, 2024.

1 recurso online. 85 p.

ISBN 978-65-89066-54-5

1. Educação. 2. Pós-graduação – Stricto sensu. 3. Dissertação de
mestrado. 4. Egressos. I. Silva, Alexandre da. II. Título.

CDU 37(063)

Bibliotecária Karol de Rosso Strasburger CRB 10/2687



URI – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões
Câmpus de Frederico Westphalen:
Rua Assis Brasil, 709 – CEP 98400-000
Tel.: 55 3744-9223
E-mail: editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
RESUMOS EXPANDIDOS	10
BNCC E A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: EQUILÍBRIO E COMPLEXIDADE.....	11
Simone Soares Rissato Alves; Luci Mary Duso Pacheco	
TAXONOMIA DE PODCAST EDUCACIONAIS: UMA VISÃO DETALHADA	16
Katia Zardo; Elisabete Cerutti	
LINGUAGENS INCLUSIVAS: BULLYING E OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA BÁSICA.....	19
Fábio Júnior Dorneles dos Santos; Camila Aguilar Busatta	
GÊNESE EPISTEMOLÓGICA DAS METODOLOGIAS ATIVAS: UMA INCURSÃO EM AUTORES CLÁSSICOS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO.....	23
Joelma Silva dos Santos; Arnaldo Nogaro	
EXPLORANDO O PNAIC: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES NA MEDIAÇÃO DIDÁTICA DA LEITURA DE DELEITE.....	26
Maria Lúcia Rodrigues; Silvia Regina Canan	
SABERES DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO INICIAL	31
Natana Fussinger; Jordana Wruck Timm	
ROTINAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRUTURAÇÃO, FLEXIBILIDADE E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	36
Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida; Elisabete Cerutti	
EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL.....	39
Tatiane de Souza Gil; Camila Aguilar Busatta	

O DIREITO DE SER CRIANÇA NA ESCOLA DAS INFÂNCIAS	46
Valéria Bertoletti Lopes; Arnaldo Nogaro	
TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA E SUA RELEVÂNCIA PARA A EJA.....	51
Sônia Maria de Andrade; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROVIMENTO DOS CARGOS NA ESCOLA NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA PROPOSTA DE NORMATIZAÇÃO	56
Zenaide Borre Kunrath; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
RESUMOS SIMPLES.....	60
INCENTIVO À CULTURA SURDA NO AMBIENTE ESCOLAR	61
Rosane Pagnussat; Luana Teixeira Porto	
PERCEPÇÕES DA IMPORTANCIA DA HUMANIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	62
Emily Kummer Muller	
O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO INFANTIL E A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO SEU ACESSO	63
Renan Augusto Soccol	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMAGEM FOTOGRÁFICA NAS APOSTILAS DE GEOGRAFIA DO SEXTO ANO, DO ESTADO DE MATO GROSSO	64
Ademilson da Silva Matos; Laísa Veroneze Bisol	
EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS NA 4ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL: A ÓTICA DOS SERVIDORES DA SUSEPE.....	65
Daniel Pulcherio Fensterseifer	
O PAPEL DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO NA FORMAÇÃO POLITICA E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.....	66
Rodenil Gonçalves de Jesus; Daniel Pulcherio Fensterseifer	

**O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO HÍBRIDO NO ENSINO SUPERIOR:
CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS ÀS DCN's DA MATEMÁTICA.....67**

Alexandre da Silva; Elisabete Cerutti

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: ESTUDO SOBRE ALUNOS REFUGIADOS EM UMA
ESCOLA ESTADUAL DE CUIABÁ-MT.....68**

Rafael Masson Furtado; Daniel Pulcherio Fensterseifer

**A LIBERDADE DE ESCOLHA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS: AUTONOMIA
E EMANCIPAÇÃO OU LIMITAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO?69**

Janaina Rossarolla Bando; Daniel Pulcherio Fensterseifer

**CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E *THERAPEUTIC JURISPRUDENCE*:
PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE UMA APLICAÇÃO CONJUNTA.....70**

Caroline Legramante Martins Pavanelo; Daniel Pulcherio Fensterseifer

**INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE MARIA TERESA EGLÉR
MANTOAN.....71**

Mariluz Terezinha Pertuzzatti; Cesar Riboli

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONSUMO: AS ABORDAGENS PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS72**

Walter Bubiak Junior

**O PROCESSO DE ELEIÇÃO DE GESTORES ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO DE SANTA CATARINA.....73**

Patrícia Andréa Rauber Knorst; Silvia Regina Canan

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONSUMO: AS ABORDAGENS PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS74**

Walter Bubiak Junior

**OS CONFLITOS DENTRO DE SALA E ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA SUA
PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO75**

Cícera Barbosa; Daniel Pulcherio Fensterseifer

**EPISTEMOLOGIA E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS DO HUMANISMO DIGITAL
NO ENSINO SUPERIOR76**

Fernando Battisti; Elisabete Cerutti

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E CIDADE.....77

Gladis Lorenzato Bertol; Jaqueline Moll

A REMIÇÃO DA PENA DE PRESOS POR MEIO DA LEITURA LITERÁRIA78

Ariele Eidt; Daniel Pulcherio Fensterseifer

ABORDAGENS INOVADORAS PARA O ENSINO EM PSICOLOGIA: OLHARES SOBRE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS.....79

Michele Fröhlich Marquetto; Elisabete Cerutti

***THERAPEUTIC JURISPRUDENCE* E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PROFISSIONALIZANTES NO SISTEMA PENITENCIÁRIO80**

Rochana Basso; Daniel Pulcherio Fensterseifer

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UM ESTUDO DESDE A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA 4ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL82

Karolainy Guse Martins; Daniel Pulcherio Fensterseifer

EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM SITUAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO MASCULINO NO ESTADO DO MATO GROSSO: UM OLHAR SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS SERVIDORES DO CASE83

Vanuza Gomes Lima Machado; Daniel Pulcherio Fensterseifer

APRESENTAÇÃO

Prezados Leitores

É com grande satisfação que apresentamos o livro online do Seminário do Egresso, um evento que reuniu experiências, conhecimentos e reflexões de nossos egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEDU - URI.

Esta publicação é fruto do esforço conjunto de nossos ex-alunos, que compartilham suas histórias de sucesso, desafios superados e lições aprendidas. Trazendo um pouco de conhecimento que os mesmos adquiriram ao longo de sua trajetória, bem como na elaboração dos projetos e das versões finais de suas dissertações.

O evento ocorreu no dia 02 de julho do ano de 2024, a qual se dividiu em dois grandes momentos, durante a tarde, ocorreu o momento de socialização dos resumos submetidos pelos participantes de forma online e, durante a noite ocorreu a conferência intitulada: "Parentalidade na academia", proferida pela professora Dra. Fernanda Reichert, com mediação da nossa colega professora Dra. Camila Aguilar Busatta.

Tendo como objetivo fomentar a integração, pertencimento e vinculação contínua dos egressos à comunidade acadêmica, proporcionando um ambiente acolhedor para o compartilhamento de experiências profissionais, desdobramentos de pesquisas e estímulo à participação ativa em iniciativas de aprimoramento mútuo, visando fortalecer os laços entre os ex-alunos, contribuir para o crescimento profissional e promover a continuidade das pesquisas desenvolvidas ao longo de suas trajetórias acadêmicas.

Além de estimular o encontro periódico entre egressos, proporcionando um ambiente propício para a troca de experiências e networking, visou, ainda, incentivar a participação dos ex-alunos em eventos acadêmicos, bem como criar um espaço virtual de interação contínua, onde os egressos possam divulgar suas realizações profissionais, pesquisas e projetos.

Aqui, você encontrará 38 resumos relacionados às dissertações dos egressos do programa, relatos e análises que abordam temas relevantes em nossos dias. Agradecemos aos autores pela generosidade em compartilhar suas experiências.

Esperamos que esta obra se torne uma fonte de inspiração e conhecimento a vocês, queridos leitores.

Uma boa leitura a todos.

RESUMOS EXPANDIDOS

BNCC E A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: EQUILÍBRIO E COMPLEXIDADE

Simone Soares Rissato Alves¹
Luci Mary Duso Pacheco²

Resumo

O artigo em curso, resultante de pesquisa bibliográfica e documental, tem como objetivo destacar a importância e cuidados a serem observados no momento de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. A BNCC (2017) orienta que se dê atenção para o interstício entre estes dois níveis de escolaridade, especialmente no sentido de haver equilíbrio garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que estabelecem com os conhecimentos, com educadores, colegas e familiares. Tornase necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. A BNCC (2017) preconiza práticas fundadas no planejamento, transição sem sobressaltos, mediados pela ludicidade, o que torna as crianças aprendizes serenos, deixa os pais mais seguros, evitando crises desnecessárias. Para se chegar a este propósito as instituições educacionais precisam definir princípios ético, políticos e estético sobre os quais vai sustentar sua prática educativa.

Palavras-chave: BNCC. Educação infantil. Transição da educação infantil/ Ensino fundamental.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo destacar a importância e cuidados necessários a serem observados no momento de transição da etapa da Educação Infantil para o Ensino Fundamental a partir da perspectiva apresentada na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017). A pesquisa é cunho bibliográfico e documental por pautar-se em análise da BNCC (2017) em outros documentos no que tange a problematizar orientações e abordagens referentes ao propósito do artigo em pauta.

Ressalta-se que o processo de transição da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental envolve múltiplos desafios que decorrem das mudanças legais e pedagógicas, especialmente aquelas relacionadas à Educação Infantil como direito da criança. A BNCC pontua que, no momento da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, haja preocupação da parte de gestores e professores, principalmente no que tange ao equilíbrio entre os aspectos didático-pedagógicos e a atenção afetiva. Isto devido à complexidade dos diferentes fatores que interferem no desenvolvimento sociocognitivo, intelectual e afetivo da criança, principalmente os relacionados ao processo de alfabetização e

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus Frederico Westphalen. E-mail: a097467@uri.edu.br.

² Doutora em Educação. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus Frederico Westphalen. E-mail: luci@uri.edu.br.

desenvolvimento da linguagem. Logo, o documento descreve que torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo (BNCC, 2017).

Neste direcionamento, pode-se afirmar que a BNCC atribuiu à Educação Infantil um papel importante no desenvolvimento humano e social e oferece argumentos fortes e contundentes sobre a sua importância na concretização dos direitos sociais da infância, de sua cidadania.

No tocante à transição da educação infantil para o ensino fundamental, a BNCC (2017) faz algumas recomendações no sentido de manter o equilíbrio na continuidade, e garantir integração e confiança nas crianças que adentram ao Ensino Fundamental, em classes de alfabetização. Orienta que

[...] a transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo (BNCC, 2017, p. 53).

Para tanto, sugere que os professores usem das informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil, pois podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental (BNCC, 2017). Conversas, visitas e troca de materiais entre os professores dos dois níveis de escolaridade são importantes para facilitar a transição das crianças sem sobressaltos maiores.

Destaca-se que a BNCC (2017), propõe direitos de aprendizagem de conviver, brincar, participar, explorar, comunicar, conhecer-se. Para serem consolidados devem pautar-se nas experiências de aprendizagem, experiências concretas na vida cotidiana que levam à aprendizagem da cultura, pelo convívio no espaço coletivo, e a produção de narrativas, individuais e coletivas, por meio de diferentes linguagens, que não se encerram quando a criança conclui a educação infantil.

Por isso, a relação entre escola e família mostra-se fundamental para favorecer a articulação entre as experiências ora citadas e os saberes que serão aprendidos para garantir o pleno desenvolvimento da criança, ou seja, o processo de aprendizado se constituirá dentro das

interações sociais que continuarão a ocorrer, de forma permanente, mesmo que a criança vá galgando outras etapas de sua escolaridade.

Em relação a este aspecto Cardona (2014), deixa claro que

[...] o cuidado com os processos de transição pode ser considerado como oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem. Diz ainda que e quando devidamente apoiadas, facilitam a transição entre o a educação infantil e os anos iniciais, sem grandes diferenciações e ou rupturas (CARDONA, 2014, p. 63).

O importante é perceber que as crianças permanecem crianças, sejam na Educação Infantil ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e que estes níveis são indissociáveis, muito mais para organização estrutural das escolas do que do mundo da criança. Só que damos tanta visibilidade, importância e traçamos estratégias que acabamos por induzir as crianças a envolverem-se como se fosse um ritual de passagem diferenciador de sua condição de criança e estudante. O que seria um processo natural transformou-se em objeto de ansiedade e preocupação, esquecendo-nos que o mais importante é que as crianças sejam ávidas pelo conhecimento, acolhidas com afeto, queiram saber e desenvolver valores, estejam envoltas por cuidados e atenção e, acima de tudo, ludicidade.

Evidencia, pois, que o não cuidado gera rupturas”. Destaca que é preciso zelar pelo exercício de articulação na travessia, isso significa assumir, que há influências diversas, as quais marcam as continuidades e ou discontinuidades presentes no desenvolvimento e aprendizagens humanas, por isso, a atenção e os cuidados, por parte dos educadores, durante esse processo são fundamentais. Principalmente em relação ao equilíbrio e continuidade.

Neves (2011) alerta sobre a necessidade de valorização das crianças e do respeito aos seus processos de aprendizagem. Afirma que

[...] há uma multiplicidade de situações que formam as práticas educativas: dentre eles destaca a cultura dos pares, o ser criança, e a cultura escolar e dos professores. Cita que as práticas educativas devem estruturar-se em torno das brincadeiras e do letramento, visto que ambas alcançam diferentemente a educação infantil e os anos iniciais (NEVES, 2011, p. 52).

No requisito transição, Motta (2011) contribui ao alertar os educadores que ocorrem “rupturas drásticas”, dentre elas a inserção das crianças em um ambiente diferente, isso pode lhes causar estranheza e um certo desconforto. Geralmente, essa mudança ocorre por situações explícitas com maior disciplina para ficar sentado por mais tempo, permanecer em silêncio na realização das tarefas, cumprimento de horários mais rígidos, o que é difícil para elas. Mas há também elementos subliminares como exigência de maior raciocínio lógico, maior esforço para

realização de atividades como escrita e leitura etc. Neste aspecto, a autora critica a cultura escolar que transforma os agentes sociais, crianças, em agentes sociais alunos, evidenciando que para muitos educadores, a sala de aula não comporta mais brincadeiras, e aqui destaca a importância da preparação do professor na formação inicial e continuada, no sentido de munir-se de conhecimentos e estratégias para acompanhar mais de perto as crianças, criando as condições para que seja exercido o direito de brincar, dialogar, interagir, se expressar e comunicar em sala de aula e no ambiente escolar, sem abrir mão da ludicidade, do afeto e do desenvolvimento cognitivo.

Pensar a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental remete-nos às contribuições dos estudos de Nogueira e Vieira (2013), que demonstram que há certa desarticulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, gerando-se a necessidade de instituir práticas educativas que respeitem as demandas das crianças tratando-as na perspectiva da continuidade, de modo sequencial, articulada às suas expectativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mote para escrever este artigo foi o de destacar a importância, o zelo e os cuidados necessários a serem observados no momento de transição da etapa da Educação Infantil para o Ensino Fundamental na perspectiva da BNCC (2017). Pautamos nossas reflexões em estudos teóricos e na legislação para que o escrito pudesse seguir os requisitos de cientificidade e adquirisse a densidade que o conhecimento sistematizado exige.

Ente as percepções finais está de que a Educação Infantil, como gênese do processo educacional formal da criança, como pilar de sua escolaridade, constitui-se num direito seu, gizado pela BNCC. Nossa incursão teórica também nos permite afirmar que no âmbito da BNCC, a transição entre os dois movimentos formativos (Educação Infantil e Ensino Fundamental) precisa ser concebida e assumida sem rupturas, com o máximo de equilíbrio, na qual haja escuta da criança e se respeite sua voz, como um exercício ético-pedagógico que assume e preserve sua singularidade, como um percurso natural, sem sobressaltos, mediado por profissionais preparados, com ingerência das instituições escolares e em sinergia de propósito e finalidade com as famílias, dados os saberes e fazeres necessários ao bem estar, qualidade de vida e aprendizagem da criança, segundo o que preconiza a BNCC.

Portanto, entre os múltiplos desafios que se apresentam em decorrência das alterações legais e das políticas educacionais, há de se levar em consideração o perfil das crianças do presente, também denominados da era digital. Salvaguardadas as diversidades culturais em que se

constituem, são sujeitos sociais imersos em múltiplas linguagens que demandam novos referenciais de ensino-aprendizagem. A BNCC constitui-se em orientações, portanto, não determina, o que abre espaço para nosso protagonismo e para criar as condições de propor mecanismos e estratégias que atendam ao perfil de criança que chega à escola, ao mesmo tempo, nos permite introduzir que garantam integração e continuidade nos processos de aprendizagens das crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular- BNCC**. Ministério da Educação. Brasília. DF. MEC, 2017.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC, SEB, 2010a.

_____. **ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm Acesso: 06 abr. 2020.

CARDONA, Maria João. **Falando de transições: entre a educação de infância e a escola**. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente - SP, v. 25, n. 2, p. 311-322, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/2772/2700>. Acesso em: 06 abr. 2020.

MOTTA, Flávia Miller Naethe. De crianças a alunos: transformações sociais na passagem da educação infantil para o ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 157173, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a10.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; CASTANHEIRA, Maria Lúcia. A passagem da educação infantil para o ensino fundamental: tensões contemporâneas. **SciELO**, São Paulo, v. 37, n. 1, p.121-140, jan. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a08>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; VIEIRA, Suzane da Rocha. Contribuições da Pedagogia da Infância para a Articulação entre Educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 265-292, jan. 2013. Disponível em: linhas/article/view/1984723814262013265>. Acesso em: 08 abr. 2020.

PARÁ, Governo do Estado do. Secretaria de Estado de Educação. **Documento Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental do Estado do Pará**. SEDUC, Pará, 2018. Disponível: file:///D:/documento_curricular_para.pdf. Acesso: 06 abr. 2020.

TAXONOMIA DE PODCAST EDUCACIONAIS: UMA VISÃO DETALHADA

Katia Zardo³
Elisabete Cerutti⁴

Resumo

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) desenvolvem a consciência individual do aprendiz, desenvolvendo uma melhor exploração das potencialidades de recursos como o *Podcast*. Nos recursos didáticos multimodais, ocorre uma preocupação em relação aos materiais elaborados, desse modo, visando um aprendizado mais completo e eficaz dos estudantes do curso Técnico em Agropecuária, em especial na topografia, é necessário dar ênfase aos *Podcasts*, que podem ser usados tanto nas aulas presenciais quanto fora delas, e podem ser uma ótima oportunidade para melhorar a comunicação entre estudantes e professores. Uma aula com material didático multimodal vem para inovar a forma de ensinar, visto que não cabe mais na atualidade aulas com materiais didáticos tradicionais utilizados quando o professor era o único detentor do conhecimento. Hoje o aluno possui diversos conhecimentos, em especial nas tecnologias que vem a somar com o conhecimento de conteúdo do professor. A inovação tecnológica é essencial para a evolução da educação, visto que podemos fazer uso dos mais variados recursos didáticos, tecnológicos e metodológicos para potencializar a aprendizagem, propiciando novos conhecimentos. Lévy (1999) acrescenta que a inovação tecnológica é caracterizada pela cibercultura, que fornece uma inteligência coletiva a um ambiente propício de aprendizado. Acreditasse que o *Podcast* torna a aula mais flexível, conectando o ensino e a aprendizagem para alunos em diferentes espaços e tempos. Os *Podcasts* são gêneros com várias subdivisões, desta forma esse trabalho tem por objetivo discutir a Taxonomia de *Podcasts* Educacionais, por meio da criação de uma Matriz de Observação de *Podcasts* Educacionais, visto que acreditamos em sua legitimidade no ensino e aprendizagem. Na área da educação a taxonomia, é todo sistema classificatório de categorias que abrange a aprendizagem e um instrumento que permite alocar, recuperar e comunicar informações dentro de um material didático (Matias-Pereira, 2019). Para elaborar a Matriz de Observação de *Podcast* Educacionais, fizemos um levantamento bibliográfico sobre *Podcasts* Educacionais e um levantamento na *Play Store* de *Podcast* com conteúdos das disciplinas técnicas e afins do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Esse levantamento foi necessário para se ter conhecimento sobre os *Podcast* produzidos por professores para que se tivesse um posicionamento da importância deste estudo. Desta forma, para elaborar a Matriz de Observação de *Podcasts* Educacionais, nos baseamos nos conceitos de Laville e Dionne (1999), que consistem em especificar indicadores que estabelecem um vínculo entre as observações: sinais tangíveis que nos permitem tomar decisões, fazer escolhas, emitir críticas e definir os valores educacionais dos *Podcast*. Para a elaboração desta, elencamos indicadores técnicos e didáticos como em que plataformas digitais foram encontrados, quem são seus agentes produtores, qual a área da educação agropecuária ou se eram de áreas correlatas. Relacionado aos indicadores técnicos, vale destacar a importância de delimitar as plataformas digitais gratuitas para que os professores ou estudantes hospedem seus *Podcasts* Educacionais sem custos, visto a situação econômica de professores e estudantes da educação pública. Já os demais indicadores técnicos, como os agentes produtores, se são professores, estudantes, profissionais ou pesquisadores, visto que cada agente possui uma linguagem própria a qual

³ Doutoranda em Educação. Instituto Federal Farroupilha, Frederico Westphalen. E-mail: a100259@uri.edu.br.

⁴ Doutora em Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen. E-mail: beticerutti@uri.edu.br

influencia na aprendizagem. Em relação aos indicadores didáticos, conforme a taxonomia, temos o tipo de *Podcast*, a duração, o formato do áudio, a estrutura, características, a periodicidade, a linguagem, o design, a qualidade do áudio e suas fontes de referências. Quando falamos sobre o tipo de *Podcast*, esse é importante para orientar a produção de conteúdo didático, visto que ajuda a definir o estilo e o tom do programa. Conhecer os tipos de *Podcast*, auxilia o professor a identificar as melhores práticas de produção, além de aumentar a qualidade dos *Podcasts* produzidos. Neste caso, os *Podcast* podem ser do tipo expositivo informativo, de instrução ou orientação, de conteúdo básico, de entrevista, de palestra, institucional, de revisão de conteúdo e ainda de atualidades. Quando se pensa na elaboração de uma aula multimodal com a utilização de *Podcast*, é importante manter a variedade das atividades para manter o interesse, a participação e o engajamento dos estudantes, por isso podem se beneficiar de *Podcast* com menor tempo de duração, conforme o tipo do mesmo. Diante dessas características, é relevante que o professor produza um número maior de episódios. É importante salientar que o formato de áudio se adequa com o formato da aula multimodal, visto que desempenha papel fundamental na sua eficácia. Um *Podcast* Educacional é composto pela vinheta, pela introdução, pelo desenvolvimento do conteúdo, pela discussão, pela conclusão, pelo encerramento e pela música de abertura e finalização. Essa estrutura, é essencial na organização do roteiro do podcast, proporcionando clareza e coerência, o que facilita o engajamento dos estudantes além da aprendizagem. Também contribui para o professor criar uma identidade para os seus *Podcast*. Nesse sentido, as características de inspiração, criatividade, inovação e interatividade permitem que os estudantes se envolvam facilmente no desenvolvimento dos tópicos abordados, assimilando os conteúdos. Outro ponto importante da taxonomia é a linguagem, que desempenha papel fundamental para seu público alvo, podendo ser técnica, científica, popular e educacional. A linguagem educacional, é considerada uma linguagem mais clara, mais acessível, mais envolvente, ajustada a atender as necessidades pedagógicas dos estudantes e promover um aprendizado mais profundo. Por isso, a linguagem deve ser inclusiva e sensível as habilidades dos estudantes. Quando pensamos no design do *Podcast*, ele precisa ser atrativo, limpo, colorido e que informe a essência do projeto do *Podcast*, com seu nome e o tema de cada episódio. Já o áudio precisa ser de volume normal e limpo. Em relação a fonte de referência, por ser *Podcast* Educacional, é imprescindível que tenha a fundamentação do conteúdo apresentado. Os *Podcast* Educacionais, não podem mais ser ignorados, visto que nossos estudantes já estão habituados com a sua utilização. Quando pensamos produção de *Podcast*, é importante seguir a taxonomia, visto que impacta diretamente o ouvinte devido os componentes de sua organização. Desta forma concluímos, que a taxonomia ideal para *Podcast* Educacionais deve levar em consideração o tipo do *Podcast*, a duração, o número de episódios, o formato e a qualidade do áudio, a estrutura dos episódios, as características de inspiração, criatividade, inovação e interatividade de cada episódio, a periodicidade, a linguagem, o design e as fontes de referência. Na verdade, podemos refletir sobre o aprendizado do estudante quando fazemos uso de *Podcast* que além das contribuições positivas de sua inserção, podem ocasionar maior domínio dos assuntos que podem ser ouvidos fora da sala de aula. Nesse sentido, enfatizamos a importância de elaborar um material contendo a taxonomia ideal para a elaboração de *Podcast* para o Ensino Técnico em Agropecuária, que torne essa produção atrativa aos professores.

Palavras-chave: Taxonomia. *Podcast* Educacional. Multimodalidade. Ensino Técnico.

Referências

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34. 1999.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Atlas. 2019.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Artmed. 1999. 340 p.

LINGUAGENS INCLUSIVAS: BULLYING E OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA BÁSICA

Fábio Júnior Dorneles dos Santos⁵
Camila Aguilár Busatta⁶

Resumo

O bullying é uma preocupação na escola, pois afeta a vida de muitos estudantes. No entanto, quando concentramos esta análise a sujeitos com deficiência, as consequências podem ser ainda mais comprometedoras. Eles enfrentam desafios e estão mais vulneráveis a experiências negativas em decorrência de seu comprometimento cognitivo e especificidades. É crucial abordar essa questão quando se busca possibilitar um ambiente escolar acolhedor e seguro, considerando que tais estudantes já apresentam déficits de aprendizagem e dificuldade de interação social. (Rodrigues e Fernandes, 2023).

A presente pesquisa, de cunho qualitativo, é entendida como uma abordagem que se concentra na compreensão e na interpretação de fenômenos culturais, sociais e até mesmo psicológicos. (Denzin e Lincoln, 2006). Neste trabalho, buscou-se compreender, através de uma pesquisa bibliográfica, as possibilidades de se combater o bullying a estudantes com deficiência na educação básica.

Nessa esteira, a revisão bibliográfica trata-se de um levantamento e análise de informações sobre um determinado estudo, a qual pode ser compreendida como aquela que se utiliza de “material já elaborado, de pesquisas anteriores, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). Visando responder tal problemática, esse ensaio teórico emerge com possibilidades de combater a violência sofrida pelos estudantes inclusos.

Para a localização dos referenciais utilizados neste trabalho, utilizou-se quatro descritores: "Inclusão", "bullying", "deficiência" e "escola". O critério de inclusão se deu pelos trabalhos que continham pelo menos um descritor no título ou nas palavras-chave. Posterior a isso, filtrou-se pelos trabalhos publicados nos últimos três anos. Assim, obteve-se um montante de 144 trabalhos, onde optou-se por analisar os primeiros 30, e dentre eles foram selecionados 6 trabalhos, os quais atendem o objetivo da pesquisa.

Nesse entorno, além da escola, o ambiente familiar, e o em sociedade também são motivos de preocupação. Tais convivências podem interferir na vulnerabilidade cognitiva dos sujeitos, e como eles já apresentam comprometimento cognitivo e especificidades, o resultado pode ser inimaginável, porém, negativo. Tais comprometimentos compreendem dificuldades de aprendizado, de resolução de problemas, de memória, de abstração, entre outros. Além disso, as especificidades são questões cognitivas particulares daquele sujeito (Senna, 2022).

Nesse entorno, de acordo com Senna (2022), as pessoas com deficiência têm um risco maior em desenvolver problemas de saúde mental devido ao estresse crônico, isolamento social, discriminação e até mesmo por conta das violências físicas e psicológicas que sofrem.

Diante disso, surge tal problemática: Existem diferentes formas de combater o bullying nas escolas? Ao decorrer deste trabalho poderemos perceber que as pesquisas encontradas que nos remetem a diferentes realidades e possibilidades.

⁵ Mestrando no curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Bolsista CAPES. Possui graduação em Licenciatura em Química e Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (2023) e Centro Universitário Leonardo da Vinci (2022). E-mail: a105619@uri.edu.br

⁶ Possui Mestrado (2011) e Doutorado (2016) em Química pela UFRGS, graduação em Bacharelado (2008) em Licenciatura (2012) em Química pela UFRGS e PUCRS, respectivamente. É professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. E-mail: aguilár@uri.edu.br

De acordo com Sena (2022) a violência está enraizada como uma cultura na sociedade brasileira, e lidar com ela implica na ética, saúde, transtornos depressivos, baixo desempenho escolar e até mesmo o isolamento social.

A violência sofrida por crianças e adolescentes gera impactos diretamente na saúde e pode potencializar problemas emocionais, sociais, psicológicos dentre outros, por toda sua vida. Ainda, as crianças e os adolescentes podem desenvolver problemas de saúde, tais como, transtornos depressivos, baixo desempenho escolar e isolamento social (Sena, 2022, p. 169).

Compreende-se, nas palavras de Senna, que as relações estabelecidas pelos alunos influenciam diretamente no seu bem-estar geral. Entende-se que a escola e a família precisam estar juntas para prevenir problemas como os transtornos depressivos e o baixo rendimento escolar, mas pode-se inferir que as realidades encontradas são outras, as famílias não têm tempo para auxiliar nesse processo e as vezes as escolas não percebem a gravidade da violência e discriminação que os estudantes muitas vezes sofrem.

Esses sujeitos não se sentem seguros para comunicar o que sentem, e por isso há uma grande necessidade de realizar movimentos e projetos em prol da conscientização acerca dos impactos negativos da violência supracitada (Sena, 2022).

Em consonância, Rodrigues e Fernandes (2023) relatam que existe um cenário educacional fragilizado, e diante disso, ressaltam a importância em desenvolver projetos nas escolas, que visem “minimizar as ações de violência ocasionadas na escola, principalmente contra pessoas com deficiência” (2023, p.1). Nas palavras dos autores, para criar um ambiente seguro, onde os estudantes se sintam protegidos é necessário mobilizar ações como os projetos anti-bullying que auxiliam na promoção da cultura do respeito, tolerância e empatia.

Para sustentar o exposto, Roque (2023) evidencia que casos dessa magnitude são mais frequentes entre o 6º e o 9º do ensino fundamental, e que isso está relacionado às relações que são construídas nos espaços e diferentes ambientes que se vivencia e constrói-se enquanto sujeito.

Certo que existe uma proporção em que o bullying está enraizado nas instituições brasileiras e na sociedade, em particular no contexto escolar, e que deve ser um assunto abordado com mais preocupação. Em vários debates nos meios de comunicação em massa, ficam evidentes que as buscas por ações e parâmetros efetivos que ajudem no combate ao bullying sejam aumentadas (Roque, 2023, p.9)

Atrelado a isso, o autor fomenta que as vítimas podem desenvolver pensamentos suicidas, de vingança ou desenvolverem depressão. O fato de ser uma cultura enraizada demonstra que há uma grande necessidade de se ter um olhar para além do visível, possibilitando momentos de ação e escuta que promovam a cultura do respeito ao diferente.

Por outro lado, Conceição e Souza (2021) propuseram uma sequência de práticas pedagógicas que visavam a mudança de concepções acerca da inclusão e atitudes sociais no que tange a inclusão de pessoas com deficiência física, visual, auditiva e intelectual. Partindo-se do feedback dos participantes, ocorreram mudanças de concepções acerca da inclusão e nas atitudes sociais. Não seria significativo propor momentos de escuta, proposto por Roque (2023) combinados com propostas pedagógicas inclusivas de Conceição e Souza (2017) o impacto social na vida dos sujeitos participantes poderia vir a ser mais abrangente, uma ação com coparticipação dos objetivos que dialogam.

As ações expostas pelos autores são essenciais também, visam a criação de ambientes educacionais mais acolhedores e seguros, pois ao promover o bem-estar emocional dos estudantes, ao cultivar habilidades sociais estamos construindo uma cultura de mais respeito e inclusão.

Franco (2021), constatou em sua pesquisa de campo que as instituições escolares se queixam pela falta de recursos para a implementação de projetos. Evidenciou que às vezes os estudantes da escola procuram as professoras queixando-se de dores de cabeça ou diarreia. Os autores mencionaram que isso pode estar relacionado aos conflitos advindos do bullying, e quando os estudantes são direcionados até o refeitório da escola por algum responsável pedagógico, eles acabam desabafando sobre as violências que sofrem, demonstrando uma necessidade de apoio de profissionais da saúde mental nas escolas.

É abstruso quando são expostas situações como esta, Franco percebeu através de relatos que os estudantes acabam generalizando desculpas ou fugas para evidenciar ou não sentir a prática do bullying. Nesse sentido, pode-se inferir que quando há um movimento de escuta atenta pode-se extrair informações que deem indícios de que determinado estudante está em estado de sofrimento, portanto, é imprescindível a cautela com as entrelinhas.

De Brida (2024) defende a ideia de que a inclusão é um processo lento e gradual, que pode evoluir de acordo com o empenho da escola, a cooperação de quem a compõe e das políticas públicas educacionais, para que se possa apropriar-se de recursos e medidas que possibilitem a inclusão, acolhimento e segurança dos estudantes inclusos. Entretanto, o autor evidencia que vivemos em uma sociedade excludente com dificuldades da ruptura de barreiras e resistência com a aceitação do diferente.

Por fim, como exposto por Brida, a inclusão é um processo que estamos vivendo há muitos anos, e gradualmente ela evolui, fazendo com que as pessoas se desconstruam à medida que se apropriam de novos conhecimentos. Como consequência disso, novas políticas emergem para sustentar a dignidade e o direito de não ter sua capacidade mental fragilizada por atitudes comprometedoras.

A presente pesquisa sobre bullying na escola entre alunos revela uma realidade preocupante e complexa, e o autor destaca desafios únicos, como aqueles que vem da própria violência a aqueles que provém das suas especificidades. Esta violência pode assumir várias formas, agressão física, verbal e sofrimento psíquico, exacerbando os comprometimentos cognitivos, sociais e emocionais que esse sujeito já enfrenta.

Finalizando esse estudo, evidenciou-se a necessidade de ações abrangentes para prevenir o bullying em escolas inclusivas, que passem a instituir políticas anti-bullying mais claras, programas de sensibilização e projetos educacionais. Para finalizar, é necessária uma abordagem mais holística, envolvendo a escola, pais, comunidades, entidades governamentais e profissionais da saúde mental, pois somente através desses esforços colaborativos podemos enfrentar de maneira eficaz essa prática terrível que compromete ainda mais os desenvolvimentos de muitos estudantes. Juntos, pode-se promover uma cultura de paz, inclusão e aceitação do diferente.

Palavras-chave: Escola. Inclusão. Deficiência. Bullying.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Aline Novaes; SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e. **Práticas Pedagógicas para Mudanças de Concepções de Deficiências e Atitudes Sociais em Relação à Inclusão**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2021.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DE BRIDA, E. G.; SPERLING, A. K.; FLORES, B. S.; DE MELLO, E. V.; ILHA, J. G.; DE LIMA, L. G.; CARLESSO, P. H.; CRUZ, T. D. Influências das políticas públicas nas propostas pedagógicas e na inclusão escolar de uma escola da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo / RS. **Journal Archives of Health**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 239–256, 2023. DOI: 10.46919/archv4n1-022. Disponível em: <https://ojs.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/ah/article/view/1294>. Acesso em: 19 apr. 2024.

FRANCO, Liane Maria Gonçalves. **Intimidação sistemática (bullyng) em escolas estaduais de Medianeira-PR: políticas públicas e ações**. 2021. 113 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021.

FERNANDES, Deise Birk; RODRIGUES, Jordana Cristiana. **A Violência Oculta por Trás da Dita Inclusão: Uma Proposta de Intervenção Pedagógica**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 508–521, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i1.8263. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8263>. Acesso em: 19 abr. 2024.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ROQUE, Andreia Judith Munhos. **Bullying na sala da Aula**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de licenciado (a) em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas. 27-Jul-2023. Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/4941>>

SENA, Michel Canuto de. **Bullying entre crianças e adolescentes: a questão dos direitos humanos e dos conflitos escolares**. 265 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022.

GÊNESE EPISTEMOLÓGICA DAS METODOLOGIAS ATIVAS: UMA INCURSÃO EM AUTORES CLÁSSICOS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO

Joelma Silva dos Santos⁷

Arnaldo Nogaro⁸

Resumo

O projeto “A gênese epistemológica das metodologias ativas: uma incursão em autores clássicos do pensamento pedagógico” desenvolverá a pesquisa através do delinear dos fundamentos das metodologias de ensino ativas, em evidência hoje e referidas como possibilidade de dar aos estudantes protagonismo. Parte-se do entendimento de que uma dada metodologia de ensino envolve a correlação entre Cultura, Pedagogia, Estado, Sociedade e Escola.

Destaca-se que a perspectiva ativa possui orientação epistemológica cuja gênese está em autores clássicos, mas que poucos lembram ou referem, fazendo com que seja difundida hoje como “inovação pedagógica” com viés instrumental sem remeter à sua densidade de fundo cuja sustentação está em autores que serão tematizados nesta pesquisa: Freinet, Clarapède, Comênio, Pestalozzi, Dewey, Kilpatrick, Montessori, Platão e Sócrates.

A importância de ler os clássicos do pensamento pedagógico fundamenta-se na tese de que para entender que a prática pedagógica se torna mais explícita e com finalidade se o educador entender as raízes de suas reflexões, o que pensadores destacavam, pouco preocupando-se com prescrições e de receitas. Este estudo objetiva contribuir com a qualificação do processo de ensino aprendizagem, por meio de estudos e estratégias que possibilitarão orientar educadores em relação à prática, no contexto da sala de aula, contribuindo dessa forma com a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

O referido estudo será de fundamental importância para explicitar as matrizes epistemológicas das metodologias ativas e auxiliar os professores que no desenvolvimento de metodologias ativas tenham clareza a seu respeito e superem sua natureza puramente instrumental.

Esta pesquisa vincula-se à Linha de Pesquisa “Formação de Professores, Saberes e Práticas Educativas”, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (PPGEdu/URI), Câmpus de Frederico Westphalen, de Formação Continuada oferecida pela Diretoria Regional de Ensino (DRE). A linha de pesquisa número um (01), foi desenvolvida para seguir os estudos dirigidos aos processos de formação inicial e continuada de professores e suas relações com os espaços institucionais e não institucionais. Entre outras temáticas acolhe a produção de conhecimento sobre saberes, etnoconhecimentos e práticas educativas constituintes da identidade docente. Nesta perspectiva, a investigação contemplada na presente linha se estrutura em diálogo com o seu objeto de estudo que é o campo de formação de professores, ou seja, os fenômenos decorrentes do constituir-se professor.

Ao compreendermos a gênese do conhecimento, podemos utilizar esse conhecimento para aprimorar e desenvolver novas metodologias ativas de aprendizagem. As metodologias ativas são abordagens educacionais que colocam o estudante como protagonista no processo de aprendizagem, envolvendo-os ativamente na construção do conhecimento.

Durante o aprofundamento teórico da pesquisa bibliográfica em autores clássicos do pensamento pedagógico e alguns filósofos pretende-se explorar o objetivo geral que é: **mapear**

⁷ Pedagogia Anos Iniciais, Letras Habilitação Português, Espanhol e Respectivas Literaturas. Educadora Especial e Professora de Português. joelmapalharim@hotmail.com

⁸ Doutor em Educação. Professor do PPGEDU e PPGAIS – URI. narnaldo@uricer.edu.br

e analisar obras de autores clássicos do pensamento pedagógico cujas matrizes epistemológicas possuam potencial para ancorar e sustentar práticas de metodologias ativas por parte dos professores e estudantes no intuito de transpor as pedagogias instrumentais vigentes no cenário educacional contemporâneo.

Para complementar o objetivo macro, definimos como o objetivos específicos: - **Conceituar e compreender o que são metodologia ativas;** - **Identificar e analisar obras dos autores Freinet, Claparède, Comênio, Pestalozzi, Dewey, Kilpatrick, Montessori, Platão e Sócrates cujas bases teóricas possuem potencial epistemológico para ancorar a gênese das metodologias ativas;** - **Demonstrar a importância do conhecimento, por parte dos professores da gênese epistemológica da metodologia ativa para transpor práticas pedagógicas instrumentais.**

O problema de pesquisa emerge das considerações acima apontadas e assim está constituído: **quais pressupostos epistemológicos das obras de autores clássicos Freinet, Claparède, Comênio, Pestalozzi, Dewey, Kilpatrick, Montessori, Platão e Sócrates podem se constituir em matrizes epistemológicas das metodologias ativas contemporâneas?**

A pesquisa espera contribuir para o desenvolvimento de um entendimento mais profundo das metodologias ativas, a partir de uma perspectiva histórica. Os resultados da pesquisa também podem ajudar a promover a adoção de metodologias ativas no contexto educacional brasileiro. Ao entender as origens e o desenvolvimento das metodologias ativas, é possível identificar os benefícios e desafios associados a essas abordagens educacionais. Isso permitirá que educadores e instituições de ensino tomem decisões mais informadas e eficazes ao implementar essas metodologias em suas práticas educacionais.

Além disso, compreender como as metodologias ativas têm sido adotadas em outros contextos pode ajudar a superar possíveis resistências ou objeções à sua implementação no contexto educacional brasileiro. Ao mostrar exemplos de sucesso e evidências de impacto positivo das metodologias ativas, a pesquisa pode ajudar a promover uma mudança de mentalidade e uma maior adoção dessas práticas inovadoras.

Acredita-se que as metodologias ativas possam melhorar a participação e o engajamento dos alunos, promovendo a construção ativa do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades relevantes para o século XXI, como o pensamento crítico, a colaboração e a resolução de problemas. Portanto, os resultados desta pesquisa têm o potencial de beneficiar tanto os estudantes como os professores e as instituições de ensino em geral. Ao fornecer uma visão histórica das metodologias ativas e evidências de seu impacto positivo, espera-se que essa pesquisa informe e inspire os educadores a explorar e adotar essas abordagens inovadoras em suas práticas, promovendo assim uma transformação positiva na educação brasileira. A opção metodológica escolhida para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica qualitativa exploratória que é um tipo de estudo que visa explorar conceitos, teorias, ideias ou fenômenos específicos de maneira aprofundada. Nesse tipo de pesquisa, o objetivo principal é compreender melhor um determinado tópico, examinando e analisando de forma abrangente as informações existentes. Geralmente, não há uma hipótese específica a ser testada, e sim uma intenção de obter uma visão mais ampla e detalhada sobre o tema. A pesquisa teórica qualitativa exploratória geralmente envolve a revisão de literatura existente, incluindo livros, artigos científicos, relatórios, entre outros materiais. Essa revisão tem o propósito de identificar conceitos-chave, abordagens teóricas e lacunas no conhecimento atual sobre o assunto.

Conclui-se que o aprofundamento teórico realizado proporcionou uma análise minuciosa das obras de autores clássicos do pensamento pedagógico, bem como de alguns filósofos. Através dessa análise, foi possível mapear as matrizes epistemológicas presentes nessas obras que possuem o potencial de ancorar e sustentar práticas de metodologias ativas por parte dos professores e estudantes. Com isso, vislumbra-se a possibilidade de transpor as pedagogias

instrumentais vigentes no cenário educacional contemporâneo, promovendo uma abordagem mais efetiva e engajadora no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, o uso das metodologias ativas pode ser considerado uma possibilidade eficaz para melhorar a qualidade do ensino, uma vez que proporciona uma aprendizagem mais significativa, participativa e contextualizada.

Palavras-chave: Metodologias ativas. Epistemologia. Autores clássicos. Clássicos.

Referencial Teórico: CLAPARÈDE, E. **A escola sob medida** (1961); COMENIUS, J. **Didática magna** (1997); DEWEY, J. **Como pensamos** (1979). FREINET, C. **O método natural** (1994); KILPATRICK, W. **Educação para uma civilização em mudança** (1978); MONTESSORI, M. **Pedagogia científica: a descoberta da criança** (1965); PESTALOZZI, J. **Johann Pestalozzi** (2010); PLATÃO. **A república** (2012).

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

EXPLORANDO O PNAIC: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES NA MEDIAÇÃO DIDÁTICA DA LEITURA DE DELEITE

Maria Lúcia Rodrigues⁹
Silvia Regina Canan¹⁰

Resumo

O processo de alfabetização e formação da criança leitora é um desafio fundamental para a educação brasileira (Leal, Pessoa, Sousa, 2022). Nesse contexto, programas governamentais como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) desempenham um papel crucial na promoção da qualidade do ensino da leitura e escrita (Brasil, 2012). Este trabalho tem como objetivo explorar o papel da mediação didática na formação da criança leitora, considerando as diretrizes do PNAIC, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Plano Nacional de Educação (PNE). Para isso, foram discutidos conceitos-chave relacionados à criança leitora, à mediação didática e à interação entre esses elementos nos contextos educacionais brasileiros. O programa surge como uma resposta governamental para aprimorar a qualidade do ensino da leitura e escrita no Brasil que foi criado em 2012, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, com o objetivo principal de garantir que todas as crianças do país fossem alfabetizadas até os oito anos de idade, ou seja, até o final do terceiro ano do ensino fundamental (Brasil, 2012). Tal iniciativa buscou não apenas garantir o aprendizado básico da leitura e escrita, mas também promover uma abordagem mais abrangente e eficaz no processo de alfabetização. Para isso buscou promover a formação continuada de professores, desenvolver materiais didáticos específicos e aplicar de avaliações para monitorar o progresso dos alunos. O PNAIC adota uma abordagem holística, que não se limita apenas ao aspecto técnico da alfabetização, mas também se preocupa com a qualidade do ensino, a formação dos professores e o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos ao longo do processo. Trata-se de uma iniciativa conjunta do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), demonstrando a importância dada pelo governo à questão da alfabetização como um pilar fundamental para o desenvolvimento educacional do país (Zappone, Fernandes, Franceschini, 2021). Assim, o PNAIC pode ser compreendido como uma resposta estruturada e abrangente do governo brasileiro para melhorar a qualidade do ensino da leitura e escrita, englobando não apenas a alfabetização em si, mas também a formação dos professores, o desenvolvimento de materiais didáticos e o acompanhamento do progresso dos alunos e ênfase na alfabetização na idade certa (Brasil, 2012).

A criança leitora pode ser conceituada como aquela que desenvolve habilidades de leitura de maneira progressiva e significativa durante sua trajetória de aprendizagem. Esse conceito vai além da mera decodificação de palavras e inclui a compreensão, interpretação e reflexão sobre diferentes tipos de textos (Silva et al., 2021). A ampliação do conceito de alfabetização para além da decodificação de palavras foi fundamental para uma compreensão mais abrangente e eficaz do processo de letramento (Klein, 2018). Anteriormente, a alfabetização era frequentemente associada apenas à capacidade de decifrar o código escrito, ou seja, a habilidade de reconhecer as letras e seus sons correspondentes para formar palavras (Silva et al., 2021). No entanto, essa visão restrita não abrangia todas as dimensões envolvidas no ato de ler e

⁹ Professora da rede pública de educação do município de Nova Xavantina – MT e aluna do Mestrado em Educação do PPGEDU da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. marialucianx@hotmail.com

¹⁰ Doutora em Educação e professora do PPGEDU da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. silvia@uri.edu.br

escrever. Com o avanço das pesquisas educacionais e a evolução das práticas pedagógicas, percebeu-se que a alfabetização vai muito além da simples decodificação de palavras. Ela envolve a compreensão do significado dos textos, a capacidade de interpretar informações, a habilidade de refletir criticamente sobre o conteúdo e a aptidão para aplicar o conhecimento adquirido em diferentes contextos. O desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança leitora é um processo complexo e interligado, que ocorre de forma simultânea e complementar à sua aprendizagem da leitura e escrita (Zappone, Fernandes, Franceschini, 2021). A prática da leitura desencadeia uma série de processos cognitivos na criança. Ao ler, ela precisa decodificar as palavras, compreender o significado do texto, fazer conexões com seu conhecimento prévio e interpretar informações. Esse processo promove o desenvolvimento da linguagem, da memória, da atenção e da habilidade de raciocínio lógico. Além disso, a leitura de diferentes tipos de textos amplia o repertório de conhecimentos da criança, estimulando seu pensamento crítico e criativo (Klein, 2018; Barbosa, 2017). A leitura pode despertar uma variedade de emoções na criança, desde a alegria e o entusiasmo até a tristeza e a empatia. Ao se identificar com personagens, situações e histórias, a criança desenvolve sua capacidade de compreender e expressar emoções. Além disso, a leitura compartilhada entre adultos e crianças fortalece os laços afetivos, promovendo momentos de intimidade, segurança e afeto.

A leitura também desempenha um papel importante no desenvolvimento social da criança. Ao explorar diferentes perspectivas, culturas e realidades por meio dos livros, ela amplia sua compreensão do mundo e desenvolve sua capacidade de conviver em sociedade. Além disso, a participação em atividades de leitura em grupo, como clubes de leitura e rodas de histórias, promove a interação social, a colaboração e o respeito mútuo entre os participantes.

A formação da criança leitora é de extrema importância para o pleno desenvolvimento educacional e cidadão isso porque a habilidade de ler e compreender textos é essencial para o sucesso em todas as áreas do conhecimento. Através da leitura, a criança adquire conhecimentos, desenvolve o pensamento crítico, a capacidade de análise e interpretação, além de aprimorar sua habilidade de comunicação escrita e verbal.

Cabe destacar ainda que a criança leitora tem acesso a diferentes perspectivas, culturas e realidades por meio dos livros. Isso a torna mais consciente de seu papel na sociedade, fortalece sua identidade e sua autoestima, e a capacita a participar de forma ativa e crítica na comunidade em que está inserida. Cabe perceber que a capacidade de ler e interpretar textos permite que a criança busque conhecimento de forma autônoma, sem depender exclusivamente de fontes externas. Isso a torna mais independente, capaz de tomar decisões informadas e de se posicionar diante de diferentes situações e desafios.

Destaca-se ainda que a leitura estimula o desenvolvimento do pensamento crítico, permitindo que a criança questione, análise e avalie informações de forma fundamentada. Isso é essencial para a formação de cidadãos conscientes, capazes de discernir entre o certo e o errado e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Assim, através da leitura, a criança tem acesso a diferentes culturas, lugares e épocas, ampliando seus horizontes e sua compreensão do mundo. Isso estimula sua curiosidade, sua criatividade e sua capacidade de se adaptar a novas situações e desafios, preparando-a para os desafios do século XXI.

A mediação didática pode ser definida como o papel do professor na facilitação do processo de aprendizagem dos alunos, atuando como um mediador entre o conhecimento e os estudantes. Essa abordagem pedagógica reconhece que o professor desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente de aprendizagem significativo, no qual os alunos possam construir ativamente seu conhecimento.

Nesse contexto, o professor não é apenas um transmissor de informações, mas sim um facilitador do processo de aprendizagem, que guia, estimula e apoia os alunos em sua jornada educacional. A mediação didática envolve o uso de estratégias, métodos e abordagens

pedagógicas que visam promover o desenvolvimento cognitivo, a construção do conhecimento e o engajamento dos estudantes.

Entre as principais características da mediação didática estão: a facilitação do acesso ao conhecimento; o estímulo à participação ativa dos alunos; adaptação às necessidades dos alunos; promoção do pensamento crítico e da reflexão e o desenvolvimento de habilidades metacognitivas.

O acesso ao conhecimento é facilitado a partir do momento em que o professor busca tornar o conhecimento acessível, utilizando diferentes recursos e estratégias para explicar conceitos complexos de forma clara e compreensível.

A participação ativa é estimulada quando em vez de apenas transmitir informações, o professor incentiva os alunos a participarem ativamente do processo de aprendizagem, por meio de discussões, atividades práticas, projetos de pesquisa, entre outras abordagens.

As necessidades dos alunos são mais bem atendidas quando o professor reconhece e respeita as diferenças individuais dos alunos, adaptando suas estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de cada estudante.

O pensamento crítico e a reflexão é promovida quando a mediação didática estimula os alunos a pensarem criticamente sobre o conteúdo estudado, fazendo perguntas provocativas, incentivando o debate e a reflexão sobre diferentes pontos de vista.

Assim, se estabelece um cenário com melhores oportunidades para o desenvolvimento de habilidades metacognitivas quando além de transmitir conhecimento, o professor ajuda os alunos a desenvolverem habilidades metacognitivas, ou seja, a capacidade de refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem, identificar estratégias eficazes e monitorar seu próprio progresso.

No contexto da alfabetização e do ensino de leitura, a aplicação da mediação didática é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem significativo, no qual os alunos possam desenvolver suas habilidades de leitura e escrita de maneira eficaz e prazerosa. Algumas estratégias e abordagens que podem ser utilizadas pelos professores para promover a mediação didática nesse contexto são: a leitura compartilhada e leitura guiada; a produção de textos; as atividades de leitura e escrita contextualizadas; a utilização de materiais diversificados; a abordagem multissensorial; o trabalho em grupo e colaborativo e o feedback construtivo. Essa abordagem centrada no aluno e na mediação do professor contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para serem leitores competentes e críticos ao longo de suas vidas (Silva, 2017). A relação entre o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE) na promoção das práticas de leitura é fundamental para garantir uma educação de qualidade e o pleno desenvolvimento dos estudantes. (Brasil, 2012; Brasil, 2017; Brasil, 2014). Esses três documentos são complementares e convergem em seus objetivos de promover a alfabetização, o letramento e o desenvolvimento de competências leitoras ao longo da Educação Básica.

O PNAIC foi criado com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino da leitura e escrita nos primeiros anos escolares, garantindo que todas as crianças sejam alfabetizadas até os oito anos de idade. Ele proporciona a formação continuada de professores, o desenvolvimento de materiais didáticos específicos e a aplicação de avaliações para monitorar o progresso dos alunos (Brasil, 2012). Por sua vez, a BNCC estabelece as competências essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, incluindo aquelas relacionadas à leitura e escrita. Ela destaca a importância da leitura como prática social e propõe a diversificação das práticas de leitura, incorporando diferentes gêneros textuais, temas e contextos, além de integrar a leitura em diversas disciplinas (Brasil, 2017). Já o PNE estabelece metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação, incluindo a universalização do atendimento escolar, a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento das práticas pedagógicas, incluindo as práticas de leitura. (Brasil, 2014). Ele reconhece a importância da

alfabetização na idade certa e a promoção da leitura desde os primeiros anos escolares para o desenvolvimento das competências leitoras e escritoras dos estudantes. Assim, a relação entre o PNAIC, a BNCC e o PNE na promoção das práticas de leitura se dão por meio da integração de suas diretrizes e metas, visando garantir uma educação de qualidade e o pleno desenvolvimento dos alunos. Eles reforçam a importância da leitura como habilidade fundamental para a participação na sociedade, o desenvolvimento crítico e o sucesso educacional, e fornecem orientações e estratégias para sua promoção e desenvolvimento ao longo da Educação Básica. Conclui-se que a formação da criança leitora é um processo complexo que demanda ações integradas entre governos, instituições educacionais e professores. O PNAIC, ao promover a formação continuada de professores e o desenvolvimento de materiais didáticos específicos, desempenha um papel fundamental nesse processo. Além disso, a mediação didática emerge como uma ferramenta essencial para criar ambientes de aprendizagem significativos, nos quais os alunos possam desenvolver suas habilidades de leitura de maneira progressiva e significativa. A relação entre o PNAIC, BNCC e PNE evidencia a importância atribuída às práticas de leitura na educação brasileira. Esses documentos fornecem diretrizes claras para a promoção da formação da criança leitora, reconhecendo-a como um direito fundamental e uma ferramenta essencial para o desenvolvimento educacional e cidadão. No entanto, para que essas políticas sejam efetivas, é necessário que haja uma implementação consistente e um apoio contínuo aos professores, garantindo que possam aplicar eficazmente a mediação didática em suas práticas de ensino.

Palavras-chave: PNAIC. Mediação didática. Criança leitora. Leitura de leite.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** elementos conceituais metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental. Brasília: DF, 2012.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC. 2017.

BRASIL, Plano Nacional de Educação (PNE): Brasil. (2014). **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

BARBOSA, A. J. **Compreensão de direitos de aprendizagem por uma professora alfabetizadora:** caminhos da prática docente para o trabalho com a leitura no ciclo de alfabetização. 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2017.

KLEIN, A. M. A. C. A Importância da Leitura para o Desenvolvimento Infantil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 03, ed. 08, Vol. 11, pp. 81-96, agosto de 2018.

LEAL, Telma Ferraz, PESSOA, Ana Claudia Rodrigues Gonçalves, SOUSA, Ester Calland de Rosa. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** reflexões sobre formação de professores e práticas pedagógicas. Recife: Ed. UFPE, 2022.

SILVA Franciely Cardoso da; COSTA Letícia Correia Alexandre da; COSTA Luana Cruz da; SILVA Lucas Gabriel Fernandes da. **Literatura infantil**: a formação da criança leitora. Conedu. VII Congresso Nacional de Educação. p. 1-9, 02 a 04 de dezembro 2021.

SILVA, S. S. **Práticas de “leitura deleite” nos anos iniciais**: contributos do PNAIC na/para mediação docente, 2017.

ZAPPONE, Mirian Hisae Yaegashi; FERNANDES, Célia Regina Delácio; FRANCESCHINI, Marcele Aires. **A literatura na BNCC**: um estudo das habilidades dos anos finais do Ensino Fundamental. 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) - Universidade Estadual de Maringá.

SABERES DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO INICIAL

Natana Fussinger¹¹
Jordana Wruck Timm¹²

INTRODUÇÃO

A docência na educação infantil requer um profissional com saberes que constituem a especificidade de sua atuação com as crianças pequenas na primeira etapa da educação básica. Parte desses saberes é oriunda de sua formação inicial que lhe possibilita um conjunto de competências e habilidades para assumir um grupo de crianças e que o auxiliam diariamente em seu trabalho de cuidado e de educação.

OBJETIVO

Buscou-se apresentar por meio da literatura na área, alguns saberes da docência dirigidos à atuação das professoras¹³ na educação infantil. Para inventariar esses saberes recorreu-se a pesquisadores da área, tais como Altino José Martins Filho (2020), Sonia Kramer (2011), Júlia Oliveira-Formosinho (2011), Elinor Goldschmied e Sonia Jackson (2006), Maria Carmen Silveira Barbosa (2000; 2010), entre outros.

METODOLOGIA

O presente trabalho, de cunho bibliográfico, originou-se a partir de um recorte de capítulo da pesquisa de Dissertação de Mestrado intitulada “Saberes da docência: especificidades identitárias das professoras de crianças bem pequenas de escolas infantis do Proinfância de Frederico Westphalen e região”, defendida no ano de 2021 na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, câmpus de Frederico Westphalen/RS.

RESULTADOS

Escrever sobre a educação infantil é pensar propriamente no sentido de sua existência: o cuidar e o educar. A luta pelo estreitamento desse binômio é permeada por grandes desafios. As políticas públicas efetivaram sua exigência em termos discursivos, mas no âmbito da prática muito se tem a avançar. Compreende-se que as “práticas educativas e concepções acerca da educação da criança pequena em creches e pré-escolas foram sendo modificadas a partir de situações sociais concretas que, por sua vez, geraram regulamentações e leis enquanto parte de políticas públicas historicamente elaboradas.” (OLIVEIRA, 2011, p. 79).

A faixa etária de 0 a 3 anos historicamente esteve atrelada às áreas da Assistência e da Promoção Social, assumindo características mais assistenciais e de guarda das crianças, o que diz respeito mais aos cuidados físicos, da saúde e da alimentação (GUIMARÃES, 2011). É preciso considerar o movimento histórico da educação infantil e como a mesma foi vencendo os desafios e conquistando espaços para chegar à concretização da educação infantil que têm-se hoje, ainda repleta de conquistas a serem alcançadas.

Kramer (2011, p. 118) considera, que a “educação infantil como direito se configura como conquista a partir de muitas e longas lutas na história da sociedade brasileira.” Assim, pensar sobre as especificidades da docência na educação infantil é pisar em terreno que está se consolidando, compilando estudos e pesquisas teórico-práticos para conhecer melhor o seu

¹¹ Mestra em Educação (URI/FW). Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. E-mail: natanafussinger@gmail.com

¹² Doutora em Educação (PUCRS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. E-mail: jordana@uri.edu.br

¹³ Neste trabalho, utilizou-se o substantivo feminino, quando nos referimos aos professores de educação infantil, pois a maioria dessa categoria são mulheres. Ressaltamos que isso não exclui a possibilidade da atuação de homens na educação infantil.

campo de atuação. Nessa perspectiva, segundo Kishimoto (2011, p. 107), “desde tempos passados, acumulam-se os problemas na formação, em decorrência da pouca clareza do perfil profissional desejado nos cursos de formação propostos. “Há que se compreender que exercer a docência na educação infantil é adentrar num campo relativamente novo, cheio de descobertas e desafios que requer a prática junto às crianças.

Oliveira-Formosinho (2011) aborda em seus estudos quatro aspectos que justificam e respaldam que o trabalho na educação infantil se difere das demais áreas de atuação. Segundo ela, é possível dar singularidade à profissionalidade das educadoras de infância, trazendo: o primeiro (1º) especificidade da profissionalidade docente das educadoras de infância derivada das características da criança pequena – globalidade, vulnerabilidade e dependência da família. Para a pesquisadora, “a criança pequena tem características específicas devido ao seu estágio de desenvolvimento, aos seus processos de crescimento e à sua vulnerabilidade.” (Idem, p. 135). Ou seja, a criança é mais dependente nos aspectos físicos, emocionais e sociais, pois está em processo inicial de desenvolvimento. Sendo assim, complementa a autora, a “[...] dependência da criança em relação ao adulto nas rotinas de cuidados (higiene, limpeza, saúde) chama a atenção da vulnerabilidade da criança devido à sua tenra idade.” (Idem, p. 136) Porém considerando que “[...] simultaneamente, fala desde cedo “cem linguagens.” (Idem, p. 136).

De fato, a professora de crianças pequenas necessita de um saber fazer que reconheça estas características da primeira infância, o que demanda competências específicas em sua atuação profissional junto à educação infantil. O segundo (2º) aspecto reconhece a especificidade da profissionalidade docente das educadoras de infância derivada das características das tarefas – a abrangência do papel de educadora de infância. Para a pesquisadora, a educadora de infância desempenha uma diversidade de tarefas que muitas se assemelham a de outros educadores, mas na educação infantil somam-se a estas outras mais, o que a leva a ter um papel mais abrangente. Nesse sentido, é inegável que a educação infantil contemple uma rotina que diga respeito aos cuidados de higiene, limpeza e alimentação, advinda dessa vulnerabilidade existencial percorrida anteriormente.

O terceiro (3º) aspecto apontado por Oliveira-Formosinho (2011) que diferencia à docência em etapas posteriores, envolve a especificidade da profissionalidade docente das educadoras de infância baseada numa rede de interações alargadas. A autora propõe uma espécie de tríade que o educador deve manter ao longo de sua profissionalidade, que envolve o contato e diálogo permanente com a sua auxiliar de sala de aula; interação com psicólogos e assistentes sociais da instituição de ensino que atuam para as crianças pequenas; e também, o vínculo que deve manter constantemente com os pais e/ou família da criança. “Podemos assim dizer que a interação, a vários níveis e com vários parceiros, está no coração da profissionalidade das educadoras.” (Oliveira-Formosinho, 2011, p. 138). Não que os demais educadores não demandem essa tarefa, mas na educação infantil isso ocorre com mais intensidade e frequência. Para finalizar os quatro aspectos abordados pela pesquisadora Oliveira-Formosinho (2011, p. 135), o quarto (4º) apresenta que a especificidade da profissionalidade docente das educadoras de infância é uma profissionalidade baseada na “integração e nas *interações* – entre o conhecimento e a experiência, entre as *interações* e a integração, entre os saberes e os afetos”. Assim, ser professora da educação infantil, requer compreender e reconhecer que o trabalho pedagógico ocorre no coletivo e é permeado pelas interações, seja da criança com seus pares como também os adultos que na escola da infância habitam. Somando-se a isso, oportunizar que o conhecimento se dê pelas experiências é fundamental.

Diante das contribuições de Oliveira-Formosinho (2011), afirma-se que a docência com as crianças é fundamentalmente plural, pois demandam muitos saberes. Estudos recentes trazem que a formação dos professores, especialmente para a educação infantil, é palco de muitas conquistas legislativas e documentos que orientam e norteiam o trabalho docente, o que necessita, evidentemente, de organização e ser posto em contrapartida ao que se vem

desenvolvendo nas escolas infantis. A universidade necessita dialogar constantemente com o cotidiano das profissionais que atuam na primeira infância para repensar constantemente o currículo e a formação oferecida.

É essencial que a professora estabeleça uma relação horizontal com a família e a escola, pois esta é mais uma especificidade que compõe o trabalho cotidiano da educação infantil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, traz em seu Art. 29 que a educação infantil, constituindo a primeira etapa da educação básica, tem dentre outras finalidades, também complementar a ação da família e da comunidade. Corroborando com a reflexão, Barbosa (2010, p. 03) afirma que “as diretrizes apresentam a escola de educação infantil como um espaço educacional que tem o importante papel de compartilhar, de forma indissociável, a educação e o cuidado das crianças pequenas com suas famílias.” Por isso, é fundamental que a escola e a família mantenham o diálogo cotidiano e o compartilhamento de tarefas, pois “as famílias não podem ser vistas apenas como usuárias de um serviço, mas como colaboradoras, isto é, co-autoras do processo educacional, pois é preciso sintonia quando se trata de educar uma criança pequena ou um bebê.” (Idem, p. 04).

Outro aspecto importante para compor o quadro das especificidades da docência na educação infantil, diz respeito ao ambiente físico oferecido para as crianças, ou seja, o seu espaço de convivência na instituição infantil. Na visão de Barbosa (2010, p. 07), “[...] os ambientes têm uma linguagem silenciosa, porém potente. Eles nos ensinam como proceder, como olhar, como participar.” Os estudos teórico-práticos têm lançado outro olhar à criança¹⁴, concebendo-a como rica, ativa, competente e co-construtora do seu conhecimento (COHN, 2005), no entanto, os profissionais que a cuidam e a educam precisam oferecer ambientes favoráveis para a criança pesquisar, explorar, perguntar, criar suas hipóteses, confrontar e tantos outros verbos de ação que lhe permitem vivenciar e experienciar na educação infantil.

A professora comunga da ideia (ou ao menos deveria) de que “uma sala limpa, organizada, iluminada, com acessibilidade aos materiais, objetos e brinquedos é muito diferente de uma sala com muitos móveis, com objetos e brinquedos fora do alcance das crianças e escura ou abafada.” (BARBOSA, 2010, p. 8). Sustenta-se que “os ambientes precisam ser coerentes com as necessidades das crianças, proporcionando situações de desafio, mas também oferecendo segurança.” (Idem).

É fundamental que “as crianças pequenas tenham contato diário com a luz do sol, o ar fresco e possam observar e interagir com a natureza.” (Idem). Diversas pesquisas reconhecem os benefícios da aprendizagem pela criança quando em contato com a natureza, além de oferecer um sistema de defesa à sua saúde imunológica. As variadas propostas do cotidiano ao brincar podem envolver materiais coletados na natureza, como folhas, gravetos, terra, argila, pedras, carvão, sementes, dentre outros. Assim, as crianças “[...] têm a árdua tarefa de compreender e significar o mundo e precisam de tempo para interagir, para observar, para usufruir e para criar.” (BARBOSA, 2010, p. 09). Por isso, a organização da jornada diária da criança na creche, “precisa contemplar as necessidades das crianças, sejam elas de ordem biológica, emocional, cognitiva ou social, e também oferecer tempos de individualização e de socialização” (Idem), elementos fundamentais para o desenvolvimento integral da criança.

Chama atenção o fato de que os Cursos de Pedagogia que formam os profissionais para atuarem na educação infantil utilizam o mesmo plano curricular para “formar profissionais para todos os níveis da educação: educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos, ensino médio, gestores, tecnólogos entre outros, prática que se distancia da ótica profissional.” (KISHIMOTO, 2011, p. 109). A autora ressalta que para dar conta da demanda, “o curso dilui-se na fragmentação disciplinar e perde solidez. Há de tudo um pouco com generalidades que não levam à compreensão da malha complexa do saber e fazer

¹⁴ Superou-se a ideia fragmentada de que a criança é um ser frágil, imatura e dependente a todo o momento do adulto.

pedagógicos.” (Idem, p. 110). Portanto, “é preciso considerar o saber educativo como área de saber específico, não genérico.” (Idem). A pedagogia da infância, enquanto conceito aberto, reafirma a especificidade da docência na educação infantil, pois define “[...] gradativamente um conjunto de práticas e preceitos pedagógicos, que passam a orientar a docência e questões correlatas aos seus afazeres no decorrer da vida cotidiana.” (MARTINS FILHO, 2020, p. 31). É esse conjunto de práticas e preceitos pedagógicos que corresponde aos saberes docentes específicos à atuação na educação infantil. O autor identifica em suas pesquisas acerca das minúcias da vida cotidiana infantil que essas “muitas vezes são consideradas aparentemente sem importância e, por isso, menosprezadas e banalizadas.” (Idem, p. 37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de crianças na primeira etapa da educação básica, requer uma pluralidade de saberes. O cenário recente da Pedagogia da e para infância surge como palco para apresentar novos desafios à educação infantil. Ela exige e sinaliza que há um corpo de conhecimentos específicos para o trabalho com crianças pequenas, que, como descreve o pesquisador Martins Filho de que é preciso “desocultar o trabalho invisível e socialmente pouco valorizado das educadoras e dos educadores de infância.” (2020, p. 14). Ou seja, aos olhos da sociedade que frequentemente compreende a educação infantil como tempo de brincadeira, e, portanto, a professora “só brinca”, torna-se imperativo reconhecer que a criança aprende brincando! Aliás, brincar e interagir são os eixos norteadores da prática pedagógica na Educação Infantil. (BRASIL, 2017).

Nessa luta pela qualificação profissional inicial das professoras de educação infantil é preciso reconhecer que muito já se avançou sobre as práticas compensatórias historicamente presentes na educação dos infantes. Sustenta-se hoje, saberes da docência específicos para atuar com as crianças pequenas nas escolas infantis, pois esses espaços são de vida coletiva, em que ocorrem os encontros das singularidades de adultos e crianças. Espaços esses também de diálogos, interações, brincadeiras, momentos de alimentação e higiene, enfim, de cuidado e educação. Assim, o que se compreende por criança, infância, concepções de desenvolvimento e aprendizagem, diferentemente do ambiente doméstico, marcam a especificidade do trabalho das professoras da primeira infância.

Palavras-chave: Saberes. Docência. Educação Infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. 3º Versão. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf>. Acesso: 22 de fev. 2020.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. 2000. 278 p. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo.

_____. **As especificidades da ação pedagógica com os bebês**. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais, Belo Horizonte, 2010. Anais eletrônicos. Belo Horizonte: nov, 2010. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7154-2-2-artigo-mec-acao-pedagogica-bebes-m-carmem/file>>. Acesso: 25 jun. 2020.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**. 2 ed. Porto Alegre: Grupo A, 2006.

GUIMARÃES, José Luiz. O financiamento da educação infantil: quem paga a conta? In: **Encontros e desencontros em educação infantil**. Maria Lucia de A. Machado (org). 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 43-56.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Encontros e desencontros na formação dos profissionais da educação infantil. In: **Encontros e desencontros em educação infantil**. Maria Lucia de A. Machado (org). 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 107-115.

KRAMER, Sonia. Formação de profissionais da educação infantil: questões e tensões. In: **Encontros e desencontros em educação infantil**. Maria Lucia de A. Machado (org). 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 117-132.

MARTINS FILHO, Altino José. **Minúcias da vida cotidiana no fazer-fazendo da docência na educação infantil**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2020.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. O desenvolvimento profissional das educadoras de infância: entre os saberes e os afectos, entre a sala e o mundo. In: **Encontros e desencontros em educação infantil**. Maria Lucia de A. Machado (org). 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 133 – 167.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Creches no sistema de ensino. In: **Encontros e desencontros em educação infantil**. Maria Lucia de A. Machado (org). 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 79-82.

ROTINAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRUTURAÇÃO, FLEXIBILIDADE E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida¹⁵

Elisabete Cerutti¹⁶

Resumo

Introdução:

O presente estudo investiga o papel das rotinas na Educação Infantil, abordando sua importância na estruturação do ambiente educativo para crianças em idade pré-escolar. O tema da pesquisa é contextualizado dentro do campo da pedagogia da primeira infância, destacando a relevância das rotinas para o desenvolvimento integral das crianças nessa fase crucial. Os objetivos do estudo incluem analisar os benefícios e desafios das rotinas na Educação Infantil, identificar estratégias para adaptá-las às necessidades individuais das crianças e propor reflexões sobre sua origem e influência social. A metodologia adotada envolve uma revisão bibliográfica crítica, fundamentada em teorias pedagógicas contemporâneas e pesquisas relevantes na área. Entendemos que rotinas na infância desempenham um papel fundamental na organização do ambiente educativo, proporcionando às crianças segurança, previsibilidade e ordem, além de uma estrutura de pensamento capaz de construir saberes e estruturas de pensamento que contribuirão para o desenvolvimento singular da criança.

Metodologia:

Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma revisão bibliográfica crítica, baseada em obras de autores renomados na área da educação infantil, como Barbosa (2006), Bertolini (1996), Lefebvre (1984), Rousseau (1992), Oliveira (2002), entre outros. A análise dos textos foi conduzida de forma a identificar as principais conceituações sobre rotinas na educação infantil, bem como suas origens, influências sociais e impacto no desenvolvimento das crianças. A metodologia utilizada é predominantemente qualitativa, visando uma compreensão aprofundada e contextualizada do tema.

A Importância da Rotina como Categoria Pedagógica: A autora Barbosa (2006) destaca a relevância da rotina como uma categoria pedagógica essencial na organização do trabalho diário nas instituições de educação infantil. Ela ressalta a diversidade de perspectivas e abordagens na estruturação das atividades cotidianas, refletindo a complexidade do processo educativo na primeira infância.

Condicionantes e Flexibilidade das Rotinas: Barbosa (2006) enfatiza que a maneira como as rotinas são organizadas é influenciada por diversos fatores, como o funcionamento da instituição, horários e turnos dos funcionários. Esses condicionantes são cruciais, mas não devem ser vistos como determinantes absolutos, destacando a importância da flexibilidade das rotinas para atender às necessidades das crianças.

Diferenciação entre Rotina e Cotidiano: Compreender a distinção entre rotina e cotidiano é essencial para os educadores, permitindo uma abordagem holística às necessidades das crianças. Enquanto as rotinas oferecem estrutura, os momentos espontâneos do cotidiano também são vitais para o desenvolvimento das crianças (Lefebvre, 1984).

Equilíbrio entre Rotina e Variação: Bertolini (1996) destaca a importância de equilibrar a rotina com variação, permitindo às crianças explorar, descobrir e formular hipóteses sobre o

¹⁵ Doutoranda em educação PPGEDU- URI-FW. Professora da rede municipal Ronda Alta-RS. E-mail a100683@uri.edu.br

¹⁶ Doutora em Educação. Professora no PPGEDU- URI-FW. Diretora Geral URI-FW. E-mail: beticerutti@uri.edu.br

que está por vir. Essa abordagem favorece a estruturação de um ambiente que estimula a exploração e a compreensão dos eventos.

Origem e Influência Social das Rotinas: Barbosa (2006) ressalta que as rotinas em creches e pré-escolas têm origens na influência das religiões cristãs. Esse aspecto histórico destaca a relevância do contexto cultural na formação das práticas educacionais, evidenciando como tradições religiosas permeiam diferentes aspectos da sociedade.

Evolução das Instituições de Cuidado Infantil: Historicamente, o surgimento das creches está ligado à urbanização e à industrialização, resultando em instituições formais para o cuidado infantil fora da família. Essas instituições, junto com as escolas, desempenharam papéis cruciais na transformação da percepção e relação da sociedade com a infância (Barbosa, 2006).

Visão de Rousseau sobre Educação: Rousseau (1992) enfatiza que a educação começa desde o nascimento, através da experiência sensorial e interações com o ambiente. Ele destaca a importância de estabelecer hábitos positivos desde cedo, moldando o caráter e a personalidade das crianças.

Organização de Ambientes e Gestão do Tempo: A organização dos ambientes e a gestão do tempo são cruciais para o processo de aprendizagem das crianças, proporcionando oportunidades de desenvolvimento integral (Oliveira, 2002).

Seleção e Diversidade de Atividades na Rotina: A seleção e proposição de atividades na rotina são fundamentais para garantir o desenvolvimento holístico das crianças. A diversidade de atividades estimula diferentes interesses e habilidades, contribuindo para um crescimento equilibrado (adaptado).

Resultados:

Os resultados da revisão bibliográfica revelam que as rotinas desempenham um papel fundamental na organização do ambiente educativo na primeira infância, proporcionando às crianças segurança, previsibilidade e ordem. No entanto, surgem questionamentos sobre a rigidez das rotinas e seu possível impacto negativo na criatividade e autonomia das crianças. Estratégias para adaptar as rotinas às necessidades individuais das crianças são discutidas, enfatizando a importância da flexibilidade e diversidade de abordagens.

Conclusões/Considerações:

Diante dos resultados apresentados, concluímos que as rotinas na educação infantil são elementos-chave para o desenvolvimento integral das crianças, mas devem ser concebidas de forma flexível e adaptativa. A influência das rotinas na construção das subjetividades infantis é evidente, assim como sua origem e influência social. Propõe-se uma reflexão sobre a importância de considerar o contexto histórico e cultural na formação das práticas educacionais, reconhecendo a diversidade de influências e perspectivas que moldam a experiência educativa das crianças. Uma abordagem crítica das rotinas na educação infantil requer questionamento de práticas estabelecidas e promoção do protagonismo das crianças. As rotinas devem ser concebidas como espaços de aprendizado e crescimento, onde as crianças possam exercer sua agência e expressar suas identidades plenamente. As rotinas são mais do que sequências de atividades; são dispositivos pedagógicos que permeiam tempo e espaço na educação infantil. Proporcionam ambiente seguro para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, ao mesmo tempo em que devem ser flexíveis e inclusivas, refletindo os princípios da pedagogia centrada na criança.

Palavras-chave: Rotinas; Educação Infantil; desenvolvimento integral; flexibilidade; contexto cultural.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, João A G. **Amamentação um híbrido natureza e cultura**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil** / Maria Carmen Silveira Barbosa. - Porto Alegre: Artmed, 2006

BERTOLINI, Piero. **Dizionario di pedagogia e scienze dell'educazione**. Bologna: Zanicheli, 1996.

FROEBEL, Friedrich. **L'Educación de l'home i el Jardín Dínfants**. Vic: Eumo Editorial/ Diputació de Barcelona. 1989.

LEFEBVRE, Henry. **La vida cotidiana en el mundo moderno**. Madrid: Alianza Editorial. 1984.

LIMA, Mayumi S. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

MONTESORI, Maria. **El método de la Pedagogia Científica**. Barcelona: Casa Editorial Araluce, 1937.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PESTALOZZI, Johan Heinrich. **Cartas sobre educación infantil**. Madrid: Technos, 1988.

RIBOLI, Cesar. **A judicialização do direito à educação infantil no estado do Rio Grande do Sul (2008-2018)** / por Cesar Riboli. – São Leopoldo, 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1992.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo**. In: **As crianças contextos e identidades**. Pinto, Manuel e Sarmento, Manuel Jacinto. Braga, Centro de Estudos da Criança/ Universidade do Minho, 1997.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL.

Tatiane de Souza Gil¹⁷
Camila Aguilar Busatta¹⁸

Resumo

Neste artigo abordamos a educação de surdos na infância e de como a metodologia bilíngue para surdos é de suma importância em todas as fases, etapas da educação, principalmente nos primeiros anos (creche) com crianças bem pequenas, com objetivo de mostrar de que maneira podemos estimular esses pequenos estudantes na educação infantil. Fizemos pesquisas bibliográficas em estudiosos que pesquisam a educação bilíngue de surdos. Precisamos destacar que a educação bilíngue de surdos na educação infantil não é apenas ensinar ou estimular uma língua nova, que na maioria dos casos, será a língua materna, mas também de possibilitar a eliminação de uma barreira bem importante em nossa sociedade: a comunicação, nos diversos ambientes de aprendizado, tornando-os inclusivo, estimulante e expressivo. Dessa forma, para que isso aconteça, é necessário o envolvimento de docentes qualificados e preocupados com as especificidades das crianças surdas, assim como a escolha de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam o respeito mútuo. Logo, devemos considerar a educação bilíngue de surdos uma abordagem importante e que, assente e considera a diversidade linguística e cultural de pessoas surdas, estimulando seu pleno desenvolvimento e participação na sociedade. Também, não podemos deixar de mencionar a responsabilidade dos governantes como parte fundamental a fim de incentivar, apoiar e respeitar os direitos de uma educação inclusiva e respeitosa das crianças surdas.

Palavras-chave: Educação, surdos, educação infantil, educação bilíngue.

Educação Bilíngue de surdo: o que é?

A educação bilíngue de surdos é uma modalidade de ensino que assegura e ressalta a língua de sinais e a língua oral como línguas legítimas e importantes para o desenvolvimento linguístico e educacional das crianças surdas, sem desmerecer uma língua em detrimento a outra, ou seja, ambas as línguas são importantes para o desenvolvimento do sujeito surdo no Brasil.

O projeto de Lei nº. 4909/20, determina a educação bilíngue de surdos como um modelo de ensino independente, que tem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua materna (primeira língua) e o português na sua forma escrita como segunda língua para crianças/estudantes/ sujeitos surdos (as) no Brasil.

No ano de 2021 houve a alteração da Lei de Bases e Diretrizes nº 9394/96 (LDB) onde incluíram a educação bilíngue de surdos como uma modalidade, retirando a responsabilidade da educação especial e instituindo sua própria modalidade de ensino através da Lei nº 14.191/2021 e

¹⁷ Mestre em Educação (URI/FW). Assessora pedagógica SEMED/ROO/MT. profatigil@gmail.com.

¹⁸ Doutora em Química (UFRGS). Docente colaboradora do PPGEDU/URI/FW. aguilar@uri.edu.br

acrescenta ao capítulo V, uma versão V-A, em que no Art. 60-A, o texto segue da seguinte forma:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (Brasil, 2021, p.1)

Porém, não são todas as cidades/ estados que conseguem ofertar essa modalidade de ensino fora do Atendimento Educacional Especializado – AEE (modalidade da educação especial). Apesar de sabermos da importância dessa lei e do cumprimento dela, estamos a uma distância bem grande de atendimento desse público (surdos/as) em escolas bilíngues para surdos/as. Embora eles estejam matriculados nas diversas escolas inclusivas pelo Brasil afora, devemos respeitar a identidade e cultura deles, assim como fazemos nas diversidades culturais de outros povos e línguas. Desta forma, é de suma importância o trabalho/ ensino de forma bilíngue desde a educação infantil a fim de estimular as habilidades linguísticas e cognitivas das crianças nas duas línguas (Libras e Português escrito).

Assim, facilitamos a comunicação e a interação com os pares e professores, oportunizando um futuro com diversas chances em que eles/as possam escolher para suas vidas; eliminando a barreira da comunicação, que é fundamental para qualquer ser humano. A educação bilíngue de surdos precisa ter uma articulação política de duplo valor numa discussão, defende Davies (1996) citado por Skliar (2016) “o ‘político’ como construção histórica, cultural e social, e o ‘político’ entendido como as relações de poder e conhecimento que atravessam e delimitam a proposta e o processo educacional” e a falta do cumprimento de leis que já existem, impedem esse duplo valor de discussão.

Além disso, a educação bilíngue Libras/Português favorece a valorização da identidade surda, promove autonomia e autoestima nas crianças; e essa relação das políticas favorece e contribui para essa prática e fortalece uma educação justa e equitativa para nossos/as pequenos/as. No entanto, infelizmente nos deparamos com diversas barreiras, entre elas a criação de projetos, textos, documentos sobre a educação bilíngue de surdos onde falta discussões em torno de políticas linguísticas e multiculturais que mostrem a diversidade linguística existentes no nosso país, uma delas, a Libras (Quadros, 2015; Silva, 2015).

Quando oferecemos um ambiente em que se reconhece a importância da língua da criança e a utiliza de forma natural oportunizamos às crianças uma conexão linguística com sua

comunidade, com seus pares e também construímos um senso de pertencimento desse ser com aquele lugar e com as diversas situações cotidianas como por exemplo as rotinas escolares em consonância com os eixos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil. Segundo Vygotsky (2011), o sujeito se desenvolve através do meio em que vive, dos espaços em que convive, com interações que se propõe, sendo assim, enfatiza que esses ambientes educativos precisam ter a Libras como uma língua de interlocução. Ainda ancorada em estudos de Vygotsky, em que ele indica que a criança surda já nasce com as funções psicológicas elementares, ou seja, como por exemplo, o caráter biológico; onde a criança aprende pelas estimulações ambientais e definidas através de percepções. Também relata que o aprendizado da cultura e as experiências adquiridas, fazem parte das funções psicológicas, que ao longo dos anos se tornam conscientes, ações propositais, capacidades de planejar e pensamentos abstratos. Isso acontece quando a criança adquire uma língua. E no caso da criança surda, é a Língua de Sinais. Assim, um ambiente bilíngue (Libras/Português) se revela importante na educação: Uma Educação Bilíngue de surdos/as. A educação bilíngue de Surdos garante acesso à educação de qualidade desde a infância, protegendo seus direitos linguísticos, culturais e humanos conforme estipulado em leis nacionais e internacionais. (Reis e Lima, 2022).

Além disso, Vygotsky (2011) ressalta de que as interações sociais desempenham um papel importante na formação do pensamento e do comportamento humano, e que as habilidades cognitivas são alcançadas mediante as interações com outras pessoas, sejam crianças ou outros adultos (professores e familiares) compartilhadas socialmente, desde a infância. E isso envolve inclusive os conceitos, valores e comportamentos ensinados pelos ambientes e sociedade em que a criança está inserida.

Então, se nos ambientes educacionais – desde a educação infantil, se comunicam com todas as crianças surdas e ouvintes da mesma forma, algo está equivocado, alguém nesse movimento está sendo prejudicado. Deveríamos mudar o movimento da oralização ser a única forma de comunicação nas unidades escolares onde há surdos/as matriculados/as. É importante termos esse olhar às diferenças desde a educação infantil.

A maioria das crianças surdas são filhos de pais ouvintes, e na maioria das vezes, chegam à escola sem nenhuma língua adquirida, consolidada, o que infelizmente, ocasiona demora no processo da aprendizagem, isso porque primeiro precisará aprender a língua de sinais e depois os conteúdos e habilidades em si. Já as crianças surdas, filhas/os de pais surdos, estão um passo à frente na consolidação de língua, aí a barreira poderá ser outra como por exemplo, a falta de conhecimento desta língua por parte da escola, dos professores, etc. A Parceria entre família e

escola é de extrema importância, principalmente os pais, que têm uma função decisiva no desenvolvimento de seus filhos.

Precisamos entender que a aprendizagem requer que pessoas surdas tenham, assim como os ouvintes, experiências linguísticas evitando prejuízos futuros. O desenvolvimento da criança está ligado ao ambiente social em que ela ocupa, inclusive as expectativas que nós adultos criamos sobre elas (crianças). O conhecimento se inicia quando interagimos e criamos laços com indivíduos ou com grupos de pessoas, e na educação infantil também se estabelece assim, por meio das relações interpessoais e essas relações geralmente necessitam de uma linguagem, seja ela qual for.

Goldfeld (2002) expõe que o atraso da linguagem reflete no atraso da aprendizagem. Na educação infantil, as brincadeiras, por exemplo, sofrem influências do meio exterior, e durante esse processo as crianças se organizam, planejam o brincar por meio da fala. Vale destacar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entende o brincar da seguinte maneira,

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (Brasil, 2017, p. 36).

A criança surda que tem atraso da fala (em sinais) apresentam também uma dificuldade em gerenciar esse ato (brincar), de inferir significados diversos a objetos, como exemplifica a autora, Goldfeld:

A brincadeira da criança sacia seu desejo de lidar, além de com objetos do mundo infantil, com objetos do mundo adulto. Na impossibilidade de dirigir um carro de verdade, a criança brinca de carrinho, atribuindo a este o sentido de carro de verdade e a si própria o sentido de motorista. Quando a criança faz este tipo de brincadeira, ela demonstra que já possui a capacidade de generalizar e de separar o sentido do objeto. [...]. O significado do objeto (carrinho) é deslocado (carro de verdade). [...]. A criança ouvinte participa de conversas com e entre os pais e outros adultos, ela tem mais informações sobre carros, a importância de os pais saberem dirigir ou não, etc. Essas informações criam outras possibilidades de significação para a criança que as crianças surdas com atraso de linguagem provavelmente não têm. (Goldfeld, 2002, p.75,76).

As brincadeiras são baseadas, geralmente, em observações da realidade ou das experiências sociais vividas e ouvidas na base familiar. De acordo com Vygotsky (1998, p. 17), "[...] quando se brinca, o ser humano cria, inova, deixa fluir sua capacidade e liberdade de inventar novas maneiras para progredir e resolver problemas circunstanciais", logo, ao participar de algum tipo de brincadeira, a criança, está em processo de desenvolvimento, momento este, que deve ocorrer de forma lúdica e prazerosa, e se aprende por meio de

interações sobre regras e convivências, portanto, necessitam de uma comunicação, um diálogo, onde todos/as consigam entender e compreender; e a criança surda é por meio da língua de sinais.

Se através das brincadeiras, possibilitamos às crianças diversas formas de aprendizagens, pontuamos mais uma vez a importância da língua de sinais está inserida nas unidades escolares desde a educação infantil contribuindo com desenvolvimento de todas as crianças. A falta da Libras no âmbito escolar desde a educação infantil torna o processo mais difícil para as crianças com surdez. Para Goldfeld (2002) a limitação das crianças surdas não está nelas, e sim na sociedade, por questões inclusive culturais e Vygotsky apresenta que, “A surdez por si mesma poderia não ser um obstáculo tão penoso para o desenvolvimento intelectual da criança surda, mas a mudez provocada pela surdez, a falta de linguagem é um obstáculo muito grande nessa via”. (1989c, p. 189).

O autor acredita que a criança surda necessita adquirir uma língua da mesma forma que os ouvintes, com as mesmas etapas, e a educação infantil é uma etapa com fortes potenciais para estimulação dessa aprendizagem com ambientes propícios às estimulações, entre elas: a linguagem; seja por meio da oralidade ou por meio de sinais.

Conclusão

Neste artigo, tencionamos mostrar através de uma pesquisa bibliográfica, qual seria o modelo ideal dentro da proposta inclusiva o ensino para crianças surdas segundo a propositura da educação bilíngue de surdos, inserida na LDB 9394/96 - capítulo V, Art. 60-A, em que a língua de instrução é a Libras e tem como segunda língua o português escrito. Porém, uma realidade ainda distante em algumas regiões, como a nossa em Mato Grosso, devido termos apenas na capital (Cuiabá), uma escola bilíngue de surdos. Nas cidades do interior, as escolas incluem as crianças surdas, mas, a educação que temos e que oferecem é na metodologia predominante oralista, ou seja, para crianças/ estudantes ouvintes.

Na educação infantil, não é diferente, e as crianças surdas têm prejuízos com esses modelos educacionais oralista. Não podemos somente pensar que crianças não têm preconceito e são mais fáceis de aceitar as diferenças e de se relacionarem, sendo assim, incluímos as crianças surdas nas unidades infantis com mais tranquilidade, sem pensar numa política linguística desde essa etapa da escolarização. Esse pensamento não contribui para o engajamento de ambiente no qual se constrói com o outro (surdos e ouvintes) as diferenças entre culturas, por exemplo. Dessa forma, podemos concluir que, vivemos numa sociedade majoritariamente oralista e com escolas monolíngues, que compartilham a língua e cultura oralista/portuguesa e com uma que

busca equidade de direitos, principalmente na educação. Reis e Lima (2022) traz como reflexão que, se os órgãos de ensino não entenderem a importância da educação bilíngue de Surdos a fim de enriquecer as perspectivas sociais, culturais e cognitivas das crianças/ estudantes surdos, a efetivação desta política será vista apenas como ambientes de desenvolvimento para os Surdos.

Elas ainda ressaltam que, “[...]o dia em que a sociedade esteja pronta para entender os benefícios que as escolas, polos e classes bilíngues ofereçam para os Surdos o ensino-aprendizagem, a sociedade estará apta a entender o que é incluir, o que é ser verdadeiramente incluído e inclusivo.” (Reis e Lima, 2022, p. 18). Dessa maneira, não podemos deixar de destacar a importância também de políticas de formação para professores, a fim de que possam de fato atender essa clientela com suas especificidades linguísticas diferentes, própria de uma comunidade e culturalmente reconhecida, e que ficará como reflexão em aberto para um próximo capítulo, escrito por nós, autoras deste construto.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de **educação bilíngue de surdos**. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de agosto de 2021. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Disponível http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.
- DAVIES, L. Enforcing normalcy. Disability, deafness, and the body. London: Verso, 1995, apud Skliar, Carlos. **Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística**. Vol. 2 – 6º ed. – Porto Alegre: Mediação, 2016. 208p.
- GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. 7. ed. São Paulo: Plexus, 2002.
- QUADROS, Ronice Muller de. O “bi” em bilinguismo na educação de surdos. In: LODI, Ana Claudia Balieiro; MELO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (org.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 187-200.
- REIS, Flaviane; LIMA, Marisa Dias. **EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NA LDB: UMA NOVA CONQUISTA DO MOVIMENTO SURDO**. ETD - Educ. Temat. Digit. Campinas, v. 24, n. 4, p. 761-780, out. 2022. Acessos em 22 abr.2024. <https://doi.org/10.20396/etd.v24i4.8670061>.
- SILVA, Ivani Rodrigues. **Educação bilíngue para surdos e valorização de línguas minoritárias**. Estudos Linguísticos, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 574-583, 2015. Disponível:<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/995> Acesso em: 10/04/2024.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, 2011.
- VYGOTSKI, L.S. Obras Completas – Tomo V. **Fundamentos de defectologia**. Habana: Pueblo Y Educación, 1989c.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente: **O desenvolvimento dos Processos psicológicos superiores**. Trad . Jose Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Aleche. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

O DIREITO DE SER CRIANÇA NA ESCOLA DAS INFÂNCIAS

Valéria Bertoletti Lopes¹⁹

Arnaldo Nogaro²⁰

Resumo

Este estudo investiga o direito de ser criança na Escola das Infâncias, analisando como as políticas e práticas educativas brasileiras asseguram esse direito. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão da literatura e na análise documental de legislações e normativas, examinando documentos como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as diretrizes específicas para a Educação Infantil. Os resultados demonstram que políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas e participativas são essenciais para criar ambientes educativos que promovam o desenvolvimento integral das crianças. As conclusões destacam a importância de um compromisso coletivo entre educadores, gestores e formuladores de políticas públicas para garantir uma educação de qualidade que respeite os direitos das crianças. Em suma, o estudo reforça a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a brincadeira, a interação social e o desenvolvimento holístico das crianças, além de investimentos contínuos na formação de educadores e na melhoria das condições das instituições de Educação Infantil.

Palavras-chave: Direito da Criança. Direito Educativo. Educação Infantil. Escola das Infâncias.

Introdução

A infância é um período essencial do desenvolvimento humano, pois é quando se formam as bases para a vida adulta. Durante essa fase, a criança absorve estímulos e comportamentos dos adultos que atuam como modelos, influenciando diretamente seu desenvolvimento. Portanto, é essencial proporcionar relações significativas e um ambiente saudável, seguro e amoroso para as crianças.

Nesse sentido, a Educação Infantil desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos das crianças, conforme estabelecido pela legislação brasileira. O reconhecimento da criança como sujeito de direitos é refletido na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. Campos (2013) destaca que “se as reais condições de implementar as práticas desejadas não são situadas em um determinado contexto, há um sério risco de que permaneçam apenas como meta ou

¹⁹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus de Frederico Westphalen-RS. Especialista em Educação Especial e Inclusiva, em Ação Interdisciplinar no Processo Ensino e Aprendizagem com ênfase nos Paradigmas Atuais da Educação e em AEE - Atendimento Educacional Especializado e Educação Inclusiva. Graduada em Pedagogia. Assessora pedagógica e formadora docente. E-mail: valeriabertoletti02@gmail.com

²⁰ Professor da URI Erechim e Frederico Westphalen. Doutor em Educação – UFRGS. Professor do PPGEDU – URI Frederico Westphalen e PPGAIS URI Erechim. E-mail: narnaldo@uricer.edu.br.

projeto” (p. 5). Este alerta enfatiza a importância de considerar o contexto específico das escolas e comunidades ao implementar políticas e práticas educativas.

A pesquisa investiga o direito de ser criança na Escola das Infâncias, analisando como as políticas e práticas educativas podem assegurar esse direito. O objetivo é discutir as implicações das legislações e normativas brasileiras na promoção de um ambiente educativo que respeite e valorize a infância. A base teórica inclui uma revisão da literatura e uma análise documental das principais legislações que regulamentam a Educação Infantil no Brasil.

Compreender os fundamentos teóricos e legais que sustentam as práticas pedagógicas voltadas para a Educação Infantil é essencial. Ao explorar a intersecção entre políticas públicas e práticas educativas, busca-se contribuir para o debate sobre a garantia dos direitos das crianças na escola, destacando a importância de um ambiente inclusivo e participativo.

Ao analisar como as legislações e normativas contribuem para uma Educação Infantil de qualidade, destaca-se o compromisso coletivo entre educadores, gestores e formuladores de políticas públicas para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação que respeite sua condição de criança. A intenção é identificar práticas que promovam o direito de ser criança na Escola das Infâncias e discutir os desafios e implicações da implementação dessas práticas no contexto educativo brasileiro.

Metodologia

A metodologia deste estudo baseia-se na revisão da literatura e na análise documental para aprofundar a compreensão sobre o direito de ser criança na Escola das Infâncias, investigando como as políticas e práticas educativas podem garantir esse direito. A revisão da literatura foi conduzida para identificar e analisar as principais teorias, estudos e debates relacionados ao direito das crianças na Educação Infantil. Foram consultadas fontes acadêmicas, incluindo artigos científicos, livros e teses que abordam aspectos históricos, sociais e pedagógicos da Educação Infantil.

A análise documental incluiu a revisão de legislações e normativas relevantes, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e documentos específicos da Educação Infantil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e o Parecer CNE/CEB nº 20/2009. Estes documentos foram selecionados por sua importância na definição e regulamentação dos direitos das crianças na escola das infâncias.

A escolha desses métodos justifica-se pela necessidade de compreender os fundamentos teóricos e legais que embasam as práticas educativas voltadas para a promoção dos direitos

educativos infantis. Isso permitiu construir uma base sólida para discutir as implicações e desafios na implementação dessas práticas no contexto escolar.

Resultados e Discussão

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o atendimento em creches e pré-escolas como um direito social, reconhecendo a Educação Infantil como dever do Estado. A Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) regulamentou e definiu que creches e pré-escolas constituem a primeira etapa da Educação Básica. Essa conquista garantiu o acesso das crianças pequenas a um ambiente educacional estruturado.

O Parecer CNE/CEB nº 20/2009 revisou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, apresentando a criança como sujeito histórico e de direitos. Este documento enfatiza que as crianças se desenvolvem nas interações, relações e práticas cotidianas com adultos e outras crianças em diversos contextos culturais. A ideia de que a criança é um sujeito ativo reforça a importância de um ambiente que valorize essas interações, promovendo habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

A integração das creches e pré-escolas nos sistemas de ensino visa superar antigas fragmentações entre o cuidar e o educar. Essa integração reconhece que cuidado e educação são indissociáveis no desenvolvimento infantil, contribuindo para o bem-estar e o crescimento saudável das crianças.

O documento "Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças" (2009) reforça a importância de um ambiente educativo potente. Ele sugere que a creche deve ser um espaço seguro, acolhedor e estimulante, onde as crianças tenham acesso a brincadeiras, contato com a natureza, higiene, saúde e alimentação saudável. As práticas pedagógicas devem valorizar a individualidade das crianças e promover sua autonomia, proporcionando experiências que englobem todos os aspectos do desenvolvimento infantil.

Danilo Russo, em "De como ser professor sem dar aulas na escola da infância", destaca a importância da interação entre as crianças e da liberdade de escolha dentro do ambiente escolar. Ele sugere que a Educação Infantil deve permitir que as crianças explorem, interajam e aprendam em um ambiente que respeite suas necessidades e direitos, sem a imposição de um modelo rígido de ensino. Barbosa e Oliveira (2016) enfatizam o papel do professor como mediador, que ajuda a criança a perceber mudanças em suas produções e a ampliar saberes, destacando a necessidade de uma prática educativa flexível que se adapte às especificidades das crianças.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de assegurar direitos de aprendizagem e desenvolvimento na primeira etapa da Educação Básica, com eixos estruturantes de interações e brincadeiras. A BNCC destaca seis direitos fundamentais para o desenvolvimento das crianças: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Essas práticas são centrais para o processo educacional, permitindo que as crianças desenvolvam competências essenciais para a vida.

Garantir o direito de ser criança na Escola das Infâncias requer a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e participativas que valorizem a brincadeira, a interação social e o desenvolvimento integral. É fundamental que as políticas públicas apoiem essas práticas, proporcionando formação continuada aos educadores e assegurando condições adequadas nas instituições de Educação Infantil.

Conclusões

Este estudo destacou a importância de assegurar o direito de ser criança na Escola das Infâncias, conforme estabelecido pelas legislações e normativas brasileiras. Os resultados mostram que criar ambientes educativos que respeitem e promovam os direitos das crianças é fundamental. Políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas e participativas são essenciais nesse processo. A legislação brasileira oferece uma base sólida para esses direitos, destacando a importância de ambientes seguros, acolhedores e estimulantes onde as crianças possam brincar, aprender e desenvolver suas habilidades.

A revisão da literatura reforçou a necessidade de práticas pedagógicas centradas na criança, considerando suas necessidades e potencialidades. A formação continuada dos educadores e a implementação de políticas públicas eficazes são essenciais para garantir esses direitos.

Além disso, a contribuição para o debate sobre a Educação Infantil evidencia a necessidade de um compromisso coletivo entre educadores, gestores e formuladores de políticas públicas. Como enfatizado pelo Parecer CNE/CEB nº 20/2009, "é preciso garantir à criança condições adequadas para o seu desenvolvimento integral em ambientes que respeitem sua individualidade e promovam suas capacidades" (BRASIL, 2009, p. 8). Garantir o direito de ser criança na Escola das Infâncias requer a adoção de práticas pedagógicas que promovam o bem-estar e o desenvolvimento holístico das crianças. A continuidade dos investimentos na formação de educadores e na melhoria das condições das instituições de Educação Infantil é imperativa para assegurar que os direitos das crianças sejam efetivamente respeitados e promovidos.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Currículo e Educação Infantil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 46, n. 162, p. 104-123, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009**. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CAMPOS, Maria Malta. **Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 22-43, jan./abr. 2013.

RUSSO, Danilo. **De como ser professor sem dar aulas na escola da infância (III)**. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, SP: UFSCar, v. 2, n. 2, p. 149-174, nov. 2008. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 22 maio 2024.

TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA E SUA RELEVÂNCIA PARA A EJA

Sônia Maria de Andrade²¹
Daniel Pulcherio Fensterseifer²²

INTRODUÇÃO

A educação desempenha um papel fundamental na construção de sociedades mais justas e prósperas. No contexto brasileiro, a busca por políticas públicas eficazes, que promovam a igualdade de oportunidades educacionais e combatam as desigualdades sociais, é uma prioridade constante. Nesse sentido, o Programa Pé-de-Meia (Brasil, 2024a) surge como uma importante iniciativa governamental destinada a enfrentar os desafios educacionais e contribuir para a promoção da equidade no sistema de ensino.

O Programa Pé-de-Meia se relaciona significativamente com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao promover a educação, a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público, incluindo os alunos da EJA. Por meio desse programa, busca-se democratizar o acesso à educação e reduzir a desigualdade social entre os jovens do ensino médio. Isso é fundamental para muitos alunos da EJA, que enfrentam desafios econômicos e são responsáveis por decisões financeiras familiares (Brasil, 2024a; Caixa, 2024).

Além disso, o Pé-de-Meia estimula a mobilidade social pela educação financeira, essencial para a inclusão social e econômica dos alunos.

O estudo em tela se relaciona com um projeto mais amplo, em nível de mestrado, que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação, Mestrado e Doutorado (PPGEDU), da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Câmpus de Frederico Westphalen/RS, inserindo-se na linha de pesquisa 2: “Políticas Públicas e Gestão da Educação”, a qual se foca no estudo das políticas e processos educacionais em diferentes contextos históricos, investigando as políticas e a gestão da educação em vários níveis e modalidades, analisa a educação como bem público, a transnacionalização das políticas educacionais, a relação público-privado, o sistema educacional brasileiro e processos educacionais além da escola, entre outras questões relevantes (URI, 2021).

O Programa Pé-de-Meia tem como objetivo coordenar, administrar e implementar o apoio financeiro-educacional sob a forma de poupança e foi estabelecido pela Lei n. 14.818, de 16 de janeiro de 2024, regulamentada pelo Decreto n. 11.901, de 26 de janeiro de 2024. Destinado a garantir a continuidade e a conclusão dos estudos de alunos matriculados no Ensino Médio público, o Programa também oferece incentivos relacionados à matrícula, frequência, conclusão escolar e participação em exames educacionais de âmbito nacional e estadual.

O Pé-de-Meia, ao oferecer incentivos financeiros para estudantes de baixa renda do Ensino Médio público, busca não apenas garantir a permanência desses jovens na escola, mas também promover sua formação acadêmica e inserção social. Por meio do apoio financeiro e de outras medidas de suporte, o programa visa reduzir a evasão escolar, proporcionar melhores condições

²¹ Mestranda em Educação PPGEDU pela Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai e das Missões (URI), Faculdade IBG Business School. Professora da Educação Básica do Estado de Mato Grosso no município de Rondonópolis/MT. E-mail: a103193@uri.edu.br.

²² Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Professor do Curso de Direito e Mestrado em Educação Da URI/FW. Pesquisador do grupo de Pesquisa em docência, Emancipação e Direito Educativo pela Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai das Missões Frederico Westphalen/RS. Educação. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br.

de aprendizagem e estimular a mobilidade social entre os estudantes beneficiados (Brasil, 2024a).

OBJETIVOS

Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a pertinência do Programa Pé-de-Meia na educação brasileira. Por meio de uma abordagem multidisciplinar, que inclui análise documental, revisão crítica da literatura e consideração do contexto socioeconômico, pretende-se compreender de forma abrangente como o programa influencia a dinâmica educacional do país, focando na EJA. Além disso, visamos avaliar como o Pé-de-Meia atua na democratização do acesso à educação, proporcionando oportunidades iguais para todos os jovens brasileiros. Pretendemos examinar não apenas os efeitos imediatos do programa, mas também suas implicações a longo prazo na construção de um futuro mais igualitário e promissor para a juventude do país. Por meio desta pesquisa, esperamos contribuir para o aprimoramento e expansão do Programa Pé-de-Meia, bem como para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma metodologia que integra análise documental e bibliográfica para investigar o impacto do Programa Pé-de-Meia na evasão escolar e mobilidade social no Ensino Médio público brasileiro, focando na EJA. Nesse sentido, cabe conceituar que a pesquisa documental foca na análise de documentos oficiais, como leis, decretos entre outros registros que não foram preparados especificamente para uma pesquisa científica, com o objetivo de examinar informações primárias e originais que fornecem evidências diretas sobre o objeto de estudo (Severino, 2016). Para tanto, nesse estudo iremos focar na Lei n. 14.818/2024; no Decreto n. 11.901/2024 e; outras legislações que forem necessárias para compor a pesquisa. Já a pesquisa bibliográfica envolve a revisão de livros, artigos científicos, teses, dissertações e outras fontes secundárias que discutem, analisam e interpretam o tema de pesquisa, visando explorar o conhecimento existente (Severino, 2016). Nesse viés, realizou-se uma busca em bases de dados acadêmicas, envolvendo a leitura e análise de estudos acadêmicos, artigos científicos e outras fontes de pesquisa relevantes. Essa revisão ajudou a contextualizar o Programa Pé-de-Meia dentro das políticas educacionais e dos desafios socioeconômicos enfrentados pela EJA no Brasil.

RESULTADOS

Neste contexto, é importante apresentar os resultados iniciais, os quais fornecem uma primeira visão dos dados divulgados até o momento. Estes resultados serão posteriormente expandidos em um estudo mais amplo. Vale ressaltar que, devido à recenticidade do programa, a disponibilidade de bibliografia é limitada, sendo a maioria das informações encontrada na legislação e em sites oficiais.

O Programa Pé-de-Meia é uma política pública de apoio financeiro e educacional, estruturada como uma poupança para incentivar a permanência e a conclusão do Ensino Médio em escolas públicas. O programa tem o objetivo de expandir o acesso à educação e diminuir as desigualdades sociais, promovendo a inclusão e a mobilidade social dos jovens (Brasil, 2024a). A inclusão de alunos da EJA no Programa Pé-de-Meia é notável, uma vez que estudantes dessa modalidade, que tenham entre 19 e 24 anos, podem ser beneficiados mediante participação no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Essa integração se revela como uma progressão natural dos objetivos do programa, visto que ambos

compartilham o propósito de fomentar a educação contínua e mitigar a taxa de abandono escolar (Caixa, 2024).

Para uma implementação eficaz, a legislação exige que estados, o Distrito Federal e municípios colaborem, fornecendo as informações necessárias. O Ministério da Educação (MEC) é o órgão responsável por essa iniciativa, que combate a evasão escolar e estimula a ascensão social dos estudantes (Brasil, 2024b). Os benefícios financeiros incluem um auxílio mensal de R\$ 200,00 e depósitos anuais de R\$ 1.000,00 na conta poupança dos alunos, que ficam disponíveis após a formatura. Esses incentivos são fundamentais não só para o suporte financeiro dos estudantes, mas também para motivá-los a completar seus estudos, garantindo assim um futuro mais promissor. Um dos principais objetivos é democratizar o acesso à educação, assegurando que seus benefícios alcancem todos os estratos sociais. O conceito de “pé-de-meia” se expande para englobar a construção de um futuro promissor para todos os jovens brasileiros, independentemente de sua origem socioeconômica (Brasil, 2024b).

Os incentivos financeiros desempenham um papel de grande importância na redução da evasão escolar, servindo como uma rede de segurança para os estudantes que enfrentam desafios socioeconômicos, os quais são muito frequentes entre os alunos da modalidade EJA e poderiam levá-los a abandonar os estudos. Além disso, o Pé-de-Meia atua como um instrumento de mobilidade social, proporcionando aos alunos beneficiados melhores oportunidades de ingressar no Ensino Superior e no mercado de trabalho (Brasil, 2024c).

Os critérios para participar do Programa incluem: efetivação da matrícula dentro dos dois primeiros meses do ano letivo; comprovação de frequência mensal ou média durante o período letivo; aprovação ao final do ano letivo e participação em avaliações educacionais e; exclusivamente para estudantes do último ano do Ensino Médio, a participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (Brasil, 2024c).

Para garantir seu sucesso contínuo, é fundamental manter o apoio governamental e avaliar constantemente seus resultados, assim como monitorar de perto seus impactos e realizar ajustes quando necessário para garantir sua eficácia e relevância ao longo do tempo. Em última análise, o Programa Pé-de-Meia representa um investimento no potencial de cada aluno e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Seu sucesso futuro dependerá da continuidade do apoio governamental e da avaliação constante de seus impactos (Matuoka, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Pé-de-Meia é um compromisso com a educação brasileira, abordando diretamente a questão da evasão escolar no Ensino Médio público. Os objetivos do programa estão alinhados com diversos propósitos: democratizar o acesso dos jovens ao Ensino Médio e estimular sua permanência; mitigar os efeitos das desigualdades sociais na permanência e conclusão do Ensino Médio; reduzir as taxas de retenção, abandono e evasão escolar; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação; promover o desenvolvimento humano, atuando sobre os determinantes estruturais da pobreza extrema e sua reprodução intergeracional; e estimular a mobilidade social (Brasil, 2024c).

Nesta breve análise, examinamos sua relevância, seu funcionamento e os impactos que têm gerado. Por fim, cabe enfatizar os principais pontos e sua importância para o futuro do país. O Pé-de-Meia é uma resposta direta aos desafios enfrentados pela evasão escolar, garantindo que os estudantes de baixa renda tenham os meios necessários para permanecerem na escola. Além disso, o programa promove a equidade, atendendo a todos, independentemente de sua origem socioeconômica (Avancini, 2024).

Mais do que apenas manter os alunos na escola, o Pé-de-Meia impulsiona a mobilidade social, oferecendo aos estudantes beneficiados melhores oportunidades de ingresso no Ensino Superior e no mercado de trabalho. Essa mobilidade pode se mostrar relevante para superar as barreiras

sociais e construir um futuro mais igualitário. Para garantir seu sucesso contínuo, é essencial manter o apoio governamental e avaliar constantemente seus resultados. Monitorar de perto seus impactos e realizar ajustes quando necessário é fundamental para garantir sua eficácia e relevância ao longo do tempo (Avancini, 2024).

Cada aluno beneficiado pelo Programa Pé-de-Meia representa um investimento no potencial do Brasil reflete a importância de iniciativas educacionais que visam transformar a sociedade de forma abrangente. A educação, reconhecida como a chave para mudanças sociais e econômicas significativas, tem se mostrado essencial no Brasil para promover a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes em variados contextos. Nesse cenário, o Programa Pé-de-Meia assume um papel fundamental, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao fornecer ferramentas essenciais para a gestão financeira e o desenvolvimento socioeconômico dos alunos que buscam concluir seus estudos.

A sinergia entre o Programa Pé-de-Meia e a EJA contribui para uma educação mais abrangente e adaptada às necessidades dos estudantes, fortalecendo sua capacidade de enfrentar os desafios contemporâneos e promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária. O incentivo financeiro é crucial na educação de jovens e adultos, ajudando a superar várias barreiras que frequentemente dificultam a continuidade dos estudos. Muitos alunos da EJA precisam equilibrar trabalho, família e educação, e o apoio financeiro pode aliviar a pressão econômica, permitindo-lhes dedicar mais tempo aos estudos e, assim, reduzir as taxas de desistência. Além de cobrir despesas como materiais didáticos, transporte e alimentação, o incentivo financeiro torna a continuidade dos estudos mais viável. Esse apoio também serve como reconhecimento do esforço e dedicação dos alunos, aumentando sua motivação para persistir e se empenhar mais.

Portanto, o incentivo financeiro na EJA não se limita a fornecer recursos; trata-se de um investimento no potencial humano, promovendo o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos estudantes. Com o apoio adequado, muitos jovens e adultos podem superar barreiras significativas, alcançar suas metas educacionais e contribuir de maneira mais significativa para a sociedade. Assim, programas como o Pé-de-Meia são essenciais para construir um Brasil mais justo, inclusivo e próspero.

Palavras-chave: Pé-de-Meia. Educação. Evasão Escolar. Inclusão Socioeducacional

REFERÊNCIAS

AVANCINI, Marta. Programa Pé-de-Meia: entenda os possíveis impactos e desafios no combate à evasão. **Jeduca**, fev. 2024. Disponível em: <https://jeduca.org.br/noticia/programa-pe-de-meia-entenda-os-possiveis-impactos-e-desafios-no-combate-a-evacao>. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. **Cartilha Pé-de-Meia: a poupança do Ensino Médio**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/cartilha.pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Lei n. 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no Ensino Médio público e; altera a Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020 e a Lei n. 14.075, de 22 de outubro de 2020. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, p. 3, jan. 2024a.

BRASIL. **Pé-de-Meia**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 17 maio 2024.

CAIXA. Caixa Econômica Federal. **Programa Pé-de-Meia**, 2024. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/pe-de-meia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 17 maio 2024.

MATUOKA, Ingrid. Pé-de-meia: como a poupança para alunos do Ensino Médio impacta o Direito à Educação. **Centro de Referências em Educação Integral**, fev. 2024. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/pe-de-meia-como-poupanca-para-alunos-do-ensino-medio-impacta-o-direito-educacao/>. Acesso em: 17 maio 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

URI. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. **Linhas de Pesquisa**. Frederico Westphalen/RS: PPGEDU, 2021. Disponível em: <https://ppgedu.fw.uri.br/pt-br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 17 maio 2024.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROVIMENTO DOS CARGOS NA ESCOLA NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA PROPOSTA DE NORMATIZAÇÃO

Zenaide Borre Kunrath²³

Daniel Pulcherio Fensterseifer²⁴

Resumo

O presente trabalho é fruto de projeto de tese de doutorado cujo tema é “Gestão Democrática e o Provimento dos Cargos na Escola nos Estados da Região Sul do Brasil: Uma Proposta de Normatização”. Este estudo aborda o quão difícil pode ser a gestão escolar, mediante a vivência em uma sociedade cujos padrões estão imbuídos de autoritarismo e mediante um exercício exacerbado do poder, não só político, como social e econômico. Esta pesquisa tem como objetivo: Investigar a possibilidade de criação de norma jurídica que fomente o provimento de cargos de gestão escolar de forma mais democrática e unificada. Analisar os princípios da Gestão Democrática; Estudar os cargos de gestão escolar; Verificar os caminhos legais que permitem a promulgação da normatização de escolha do gestor escolar; Investigar as possíveis consequências de uma normatização sobre provimento de cargos de gestão escolar fragmentada e unificada. A pesquisa esta em andamento, e metodologicamente esta embasada em pesquisa Qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental. Vamos buscar em leis federais e leis estaduais da região Sul do Brasil se há previsão de como ocorre o provimento de cargos. Justifica-se a escolha deste tema porque sentimos a necessidade de maior participação de toda a comunidade escolar na gestão da escola; Precisamos de uma política de gestão mais técnica, mais inclusiva e intercultural. Precisamos de pessoas habilitadas para a função. Neste sentido, democratizar a escola em uma sociedade que ainda demonstra dificuldades para ser democrática se constitui em um grande desafio.

Palavras-chave: Gestão democrática, provimento, normatização, qualidade da educação.

O PROVIMENTO DOS CARGOS DE GESTÃO ESCOLAR

Minha formação no Magistério e na Pedagogia foi meu contato mais próximo com a gestão escolar, ainda que em um funcionamento muito diferente dos dias atuais, 32 anos atrás. Contudo, foi na sala de aula do meu estágio obrigatório de observação e após a intervenção que percebi algo que contribuiu para essa tese ser escrita: no movimento de ouvir as demandas que as pessoas citavam no dia a dia da escola percebi que algumas coisas não eram realmente escutadas. O funcionamento público opera de tal forma que diferentes narrativas se tornam inexistentes, uma vez que o automatismo do trabalho reduz as singularidades a um resto inaudível.

A escola, no decorrer da história, utilizou várias metodologias de gestão provenientes das teorias administrativas, na maioria das vezes aplicadas em empresas. Todavia, embora houvesse o aproveitamento desse conhecimento na condução da organização escolar, sentiu-se uma enorme necessidade de adaptações na administração escolar, pois a empresarial possui um papel

²³ Doutoranda em educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). E-mail: a103016@uri.edu.br.

²⁴ Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Professor do Curso de Direito e do Mestrado em Educação da URI/FW. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Docência, Emancipação e Direito Educativo pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Frederico Westphalen/RS. Educação. danielpulcherio@uri.edu.br

distinto da escola, uma vez que a educação não se resume em trabalho e em capital em si, mas em capital humano.

Em Santa Catarina, até 2013, houve uma forte predominância da indicação político-partidária e um número mínimo de escolha do gestor escolar por eleição. A expressão “indicação político-partidária” era usada por que os gestores estaduais eram agentes políticos partidários, mas também eram professores efetivos da rede e existiam alguns critérios para serem indicados, que serão pesquisados e serão apresentados em relatos da tese, bem como na defesa desta. Portanto, suas indicações também foram políticas, uma vez que os presidentes dos partidos que participavam da base do governo eram quem indicavam.

Desde 2013 a Secretaria de Estado da Educação (SED) buscando a implantação da gestão democrática (termo usado no decreto n.º 1794/13 (SANTA CATARINA, 2013) alterado pelos decretos n.º 243/15, n.º 284/15, n.º 307/15 e n.º 273, de 12 de setembro de 2023) e os processos de participação da comunidade escolar e das instâncias colegiadas, instituindo a possibilidade da escolha do seu gestor por meio da análise de propostas de Plano de Gestão Escolar (PGE) apresentadas por profissionais da educação interessados em ocupar a função de Diretor de Unidade Escolar.

Na perspectiva da formação integral do estudante da Educação Básica e Profissional, o PGE explicita metas, objetivos e ações que evidenciam o compromisso com o acesso, a permanência, a inclusão e o percurso formativo com êxito na aprendizagem. Além de representar o compromisso da gestão com a comunidade escolar e com a SED. Conforme Decreto n.º 273, de 12 de setembro de 2023.

Art. 1º São princípios da gestão escolar democrática da educação básica e profissional da Rede Estadual de Ensino, de acordo com o art. 14 da Lei federal no 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do processo pedagógico da escola;
- II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Durante a vigência do PGE, os gestores e a comunidade escolar participam de formações continuada estimulando o monitoramento de sua execução com base em diagnósticos e em indicadores que a escola produz.

Outra ferramenta que a Secretaria de Estado da Educação (SED) aplica desde o ano de 2019, é a Avaliação Institucional nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino. A Avaliação Institucional busca diagnosticar a escola como um todo, visando identificar os desafios a serem superados pelo coletivo e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios para as tomadas de decisão quanto aos rumos do trabalho educativo desenvolvido nas unidades escolares e pelo Poder Público. Assim, são identificadas as fragilidades e potencialidades em relação à infraestrutura, políticas de gestão, políticas pedagógicas e clima organizacional. Os resultados podem contribuir e subsidiar as ações da equipe gestora na consolidação e/ou reestruturação do Plano de Gestão Escolar (PGE) e do Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como colaborar com a Secretaria de Estado da Educação em seu planejamento e criação de políticas públicas.

No ano de 2023, a aplicação aconteceu no período de 20 a 29/09/2023. É um momento em que a UE é avaliada pelos seus estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), acompanhados de seus pais, pelos estudantes do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e estudantes de todas as séries do Ensino Médio, pelas modalidades de ensino, pelos professores e toda equipe técnica e administrativa.

Esta ferramenta é um processo que considera indicadores externos e internos que podem sinalizar à gestão escolar os avanços e as dificuldades de um período.

A análise dos resultados da SAGE/SC é um meio fundamental de (re)planejamento, de tomada de decisão e de gestão dos processos escolares, possibilitando intervenções pedagógicas comprometidas com a aprendizagem dos estudantes.

A gestão democrática é construída no cotidiano escolar e ela se efetiva por meio de ações e de relações que se dão na realidade concreta, onde há coerência entre o discurso e a prática. A participação não depende de alguém que dá abertura ou que permite a sua manifestação, afinal a “democracia não se concede, conquista-se, realiza-se (HORA, 2002, p. 133).

A participação dos conselhos deliberativos escolares, da Associação de Pais e Professores (APP), do Conselho de Classe e do Grêmio estudantil é fundamental nas decisões da escola, pois eles representam a comunidade escolar e interagem de forma equilibrada com a administração escolar. Eles podem contribuir nas decisões, sejam elas administrativas, financeiras e/ou político-pedagógicas, sempre relacionadas às necessidades da escola e na base de interesses comuns.

O Conselho Escolar, a gestão democrática da educação e a escolha do diretor integram o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e tem como objetivo “contribuir para o fortalecimento dos mecanismos de democratização da escola, em especial do Conselho Escolar e dos processos de escolha de diretores por meio da análise dos desafios, limites e possibilidades da gestão democrática” (BRASIL, 2004, p.13).

Com isso, não é suficiente permitir formalmente que a comunidade participe da administração da escola. É preciso manter e promover relacionamento cooperativo com a equipe de trabalho, os estudantes, os pais e os demais segmentos da comunidade escolar. Deve-se desenvolver ações que motivem a participação de todos os segmentos, bem como da comunidade local.

Há todo um movimento histórico no sentido de descentralizar o poder na gestão de políticas públicas. No entanto, uma pergunta percorre esta pesquisa: É possível fortalecer os princípios da gestão democrática escolar por meio de uma normatização mais unificadora?

Será que a maneira atual de escolha do gestor escolar da rede estadual de Santa Catarina tem contribuído para a gestão democrática? E assim fizemos o mesmo questionamento aos outros estados da região Sul do Brasil. A partir de uma abordagem metodológica: Qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental vamos buscar em leis federais e leis estaduais se há previsão de como ocorre o provimento de cargos de gestão escolar nestes estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o resgate teórico realizado buscamos oferecer uma reflexão sobre a importância de praticar uma ação democrática em uma sociedade degenerada de autoritarismo político, financeiro, social, de gênero e tantos outros.

O propósito da construção deste trabalho é discutir o provimento dos cargos de gestão escolar nos estados da região Sul do Brasil. E apresentar uma proposta de normatização e suas interfaces com a gestão democrática escolar, bem como possíveis repercussões desta prática em decisões e em ações no cotidiano da instituição. Isso resulta de investigação dos processos de escolhas de gestor: que contam com a participação da comunidade escolar (eleição) do diretor, eleição do plano, por concurso público, por processo seletivo entre os efetivos, por indicação.

A pesquisa está em construção e tem como objetivo: Investigar a possibilidade de criação de norma jurídica que fomente o provimento de cargos de gestão escolar de forma mais democrática e unificada. Analisar os princípios da Gestão Democrática; Estudar os cargos de gestão escolar; Verificar os caminhos legais que permitem a promulgação da normatização escolar; Investigar as possíveis consequências de uma normatização sobre provimento de cargos de gestão escolar fragmentada e unificada.

Atualmente não é possível pensar o espaço educativo institucional sem a participação dos pais e da comunidade, mas também é imprescindível o compromisso e a atuação pedagógica, os quais são competência dos profissionais da educação sob coordenação do gestor escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania. In: **Programa Nacional do Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2004.

HORA, D. L. da. **Gestão Democrática Na Escola**. 10. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto n. 1794/13**. Dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades. Santa Catarina: Florianópolis, 2013.

RESUMOS SIMPLES

INCENTIVO À CULTURA SURDA NO AMBIENTE ESCOLAR

Rosane Pagnussat²⁵
Luana Teixeira Porto²⁶

Resumo

O presente resumo é parte da Dissertação de Mestrado, inserida na linha de pesquisa: Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias, do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação – PPGEDU (Mestrado e Doutorado em Educação), da Universidade Regional integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Frederico Westphalen- RS. O estudo visa abordar a importância da inclusão e valorização da cultura surda no ambiente escolar. A incorporação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no currículo educacional proporciona a todos os estudantes, tanto surdos quanto ouvintes, a oportunidade e chance de aprender sobre a diversidade linguística e cultural. Isso promove respeito, compreensão e empatia em relação à cultura surda. Além de combater preconceitos, essa prática enfatiza que a comunicação não se restringe apenas à fala ou audição, mas envolve a busca pela interação com o outro, utilizando formas de linguagem que são essencialmente visuais-gestuais. O objetivo principal deste estudo é examinar a importância da inclusão da cultura surda nos processos educativos. Busca-se compreender de que maneira a valorização da Libras e da cultura surda no ambiente escolar contribui para a formação de cidadãos mais respeitosos, conscientes e sensíveis às diferenças. Este estudo destaca a necessidade de promover uma educação inclusiva que respeite e valorize a diversidade. A inclusão da cultura surda nas escolas enriquece as experiências educacionais de todos os alunos, promovendo uma visão mais democrática para socialização em sociedade. Compreender e valorizar a cultura surda é essencial para promoção de um ambiente educacional justo e inclusivo, onde todos os alunos possam conviver com igualdades de oportunidades e aprender juntos. Embora ainda se trate de um projeto em elaboração, a metodologia da pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica em obras de alguns autores que abordam a temática, sendo analisados documentos oficiais além de estudos e publicações de dissertações e teses que englobem o assunto. O referencial teórico é fundamentado em autores que discutem a importância de Libras no ambiente escolar, com singela ênfase a cultura surda. Contudo Strobel (2013) destaca que cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas. Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. Parafraseando a autora compreender a cultura surda é crucial para criar um ambiente inclusivo e respeitoso, onde todos os alunos, professores e comunidade escolar possam conviver com as diferenças, aceitar as mesmas e aprender juntos. Quando os alunos ouvintes interagem com a língua de sinais e a cultura surda, eles aprendem a valorizar a diversidade e a reconhecer a riqueza de diferentes formas de comunicação. Aceitar a cultura surda nos processos educacionais é fundamental para a formação de uma sociedade mais justa. A valorização da Libras e da cultura surda no currículo escolar não só enriquece a experiência educacional de todos os alunos e comunidade escolar, como promove o respeito, sendo elemento primordial para a convivência em uma sociedade plural. Outrossim, as escolas necessitam buscar integrar elementos da cultura surda em seus currículos, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

Palavras-chave: Cultura Surda. Escola. Língua Brasileira de Sinais. Inclusão.

Referências

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 3. ed. rev. **Florianópolis: Ed. da UFSC**, 2013.

²⁵ Licenciada em Arte, Educação Especial, Letras e Libras, professora da rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Mestranda em Educação pela URI - Campus de Frederico Westphalen/RS. Linha de pesquisa: Processos educativos, linguagens e tecnologias. E-mail: rosanessat@yahoo.com.br

²⁶ Doutora em Letras Professora e sub-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado e Doutorado em Educação – URI Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail luana@uri.edu.br

PERCEPÇÕES DA IMPORTANCIA DA HUMANIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Emily Kummer Muller²⁷

Resumo

A humanização é um processo da educação que vem se falado há muitos anos, porém nem sempre foi assim. Antigamente as crianças eram colocadas em “depósitos” onde não se importavam se a mesma estava se desenvolvendo ou se precisava de algum auxílio. Porém, atualmente sabe-se que é importante ter este vínculo com o professor/adulto para que a criança possa se desenvolver com autonomia e segurança. A humanização no processo de ensino consiste inicialmente pelo respeito a infância, pois a criança deverá se sentir em um ambiente acolhedor e “possa ser criança” brincar e possa se desenvolver em seu tempo. Para a formação deste afeto, há várias metodologias que pode ser utilizada como os 5 princípios da pedagogia Florença citados pelo Professor e Pesquisador Roger Hansen²⁸. O primeiro princípio consiste no Laço de amor, onde há o cuidado de falar (a fala deve ser calma sem exaltar de voz), olhar (o olhar ele pode ser decodificado facilmente) e tocar (ter a delicadeza no toque, principalmente em horários de vulnerabilidade como na higienização da criança), pois é notar a intencionalidade por apenas um gesto, contudo, este princípio é um dos mais importantes pois ele é o primeiro passo para que possa criar um vínculo afetivo de criança e adultos. O segundo princípio é o ambiente preparado onde tem-se o cuidado em oportunizar um ambiente harmonioso e tranquilo para que elas possam se desenvolver, também tem-se o cuidado com os brinquedos ofertados e a segurança dos brinquedos (para que não seja necessário estar toda hora alertando, atitude que com a constância pode agitar a turma). O terceiro princípio é rotinas e rituais o qual proporciona uma segurança do que irá acontecer, auxiliando no processo da adaptação da criança e localização do tempo/espaço. O quarto princípio é o limites e regras, o qual tem a responsabilidade desenvolver e compreender a necessidade das normas e os motivos delas estarem sendo cumpridas. O quinto princípio é de Observação Ativa, pois para que ocorra um desenvolvimento de autonomia e com segurança, o adulto/professor está constante medo acompanhando as crianças e quando necessário faz a intervenção. Para que isso seja implantado no dia a dia de nossas crianças, precisa-se que ocorra uma formação continuada com os professores para que eles possam compreender a importância de tais condutas, e entender que o ser humano se desenvolve mais fácil quando está em lugar onde tem o apoio de se desenvolver em seu tempo, com autonomia, de maneira respeitosa a cada necessidade de cada aluno.

Palavras-chave: Humanização. Educação Infantil. Afeto. Respeito. Autonomia.

²⁷ Professora Pedagoga formada pela instituição UCEFF, pós-graduanda em anos iniciais e educação pela instituição FAVENI Formação. Professora no Ensino Fundamental-Anos Iniciais. E-mail: emilykummermuller3@gmail.com.

²⁸ Roger Hansen é doutor em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador da Infância há mais de 18 anos. Iniciou sua carreira como professor universitário e, posteriormente, dedicou-se ao desenvolvimento da Pedagogia Florença. Atualmente é diretor do Colégio Florença em Florianópolis/SC, escola especializada em Educação Infantil, dedicada à formação de crianças de 0 a 6 anos.

O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO INFANTIL E A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO SEU ACESSO

Renan Augusto Soccol²⁹

Resumo

O presente trabalho trata de um tema bastante atual e de grande relevância para a sociedade, o qual tem gerado diversos debates no meio acadêmico e social, assim como provocado conflitos para gestores públicos municipais, uma vez que, por ser o acesso à educação básica considerado um direito fundamental em nossa Carta Maior, sendo obrigação do poder público garantir o seu acesso a todos os cidadãos, muitas famílias não conseguem ou têm dificuldades para prover tal necessidade na rede básica municipal de educação infantil, em especial no âmbito do Município de Erechim-RS, que será o foco do presente estudo. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é analisar se existem normas que regulamentam o acesso à educação no referido município, bem como apresentar uma alternativa para que o poder público possa aprimorar o sistema atualmente existente. Faz-se isso com a intenção de responder ao problema proposto que é aferir quais são os critérios atualmente adotados pela administração municipal no que tange à regulamentação da distribuição de vagas na Educação Infantil, de modo a garantir que todas as crianças, entre zero a três anos, tenha efetivamente viabilizado o direito à Educação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, documental e bibliográfica, na qual foram utilizados textos nacionais e estrangeiros, extraídos de livros e artigos científicos, bem como textos legais relacionados ao assunto, em especial a legislação federal e do município de Erechim-RS. A partir deste estudo, torna-se possível compreender melhor esta complexa situação que tanto aflige gestores públicos e população em geral, assim como buscar soluções que possa auxiliá-los no enfrentamento deste problema, em especial no que tange ao Município de Erechim, cuja legislação foi estudada, de modo a efetivamente viabilizar o acesso a Educação a todos e de forma indistinta, tal qual a nossa Legislação estabelece, em especial a Constituição Federal que consagrou o Direito à Educação como um direito fundamental a ser garantido a todos os cidadãos.

Palavras-chave: Direito Educativo. Direito à Educação. Educação Infantil. Distribuição de vagas.

²⁹ Advogado. Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus de Frederico Westphalen. Especialista em Mediação, Conciliação e Arbitragem como alternativas para a Solução de Conflitos, realizado na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus de Erechim. Especialista em Direito Civil e Processual Civil – Novos Fundamentos pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus de Erechim. Especialista em Direito do Trabalho e Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Endereço eletrônico: resoccol@hotmail.com.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMAGEM FOTOGRÁFICA NAS APOSTILAS DE GEOGRAFIA DO SEXTO ANO, DO ESTADO DE MATO GROSSO

Ademilson da Silva Matos³⁰

Laísa Veroneze Bisol³¹

Resumo

Esta investigação tem como tema análise da imagem fotográfica da paisagem presente na apostila de Geografia do sexto ano do ensino fundamental das escolas estaduais de Mato Grosso. O uso de apostila nessas escolas é recente e não se tem estudos aprofundados acerca do referido material, o que corrobora a abordagem do tema. Assim, do presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior, que originou uma dissertação de mestrado. O objetivo geral deste trabalho foi de verificar se as imagens fotográficas dispostas nas apostilas Maxi, que são adotadas como material didático oficial do ensino fundamental do estado de Mato Grosso, contribuem para o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes, especialmente sob o ponto de vista de uma formação crítica e reflexiva. O método adotado foi o qualitativo, de cunho documental, realizado por meio da técnica de análise de conteúdo. Sendo apresentado, nesta pesquisa, o sentido denotativo e conotativo de quase a totalidade das imagens fotográficas impressas na apostila de Geografia do sexto ano, conferindo a percepção e a interpretação da linguagem não verbal no processo de visualização do conhecimento geográfico que elas podem comunicar. A partir da análise minuciosa das fotografias, observou-se a ausência de critérios na seleção das imagens utilizadas na apostila de Geografia, ainda que se tenha percebido a contribuição dessas imagens nos contextos desenvolvidos nesse material didático. Além disso, foi possível identificar uma série de ausência de critérios que apontam as seguintes falhas nas imagens fotográficas: título e autoria, baixo nível de qualidade visual (nitidez, cor, ângulo, enquadramento) e imagens aparentemente desatualizadas. Diante dos resultados, fez parte desta investigação, algumas proposições para trabalhar as imagens fotográficas da apostila e fora dela no ensino dos conteúdos de Geografia. Dentre essas propostas, destacam-se a elaboração de um projeto que utiliza a linguagem não verbal para que seus alunos produzam algumas imagens fotográficas e outros tipos de imagens, como desenhos, gráficos e mapas, com o objetivo de expressarem determinados conteúdos de Geografia a partir das imagens produzidas por eles.

Palavras-chave: Imagem fotográfica. Apostilas. Geografia.

³⁰ Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – campus de Frederico Westphalen. Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela UFMT – campus de Rondonópolis. Docente de Geografia da Educação Básica da Rede Estadual de Educação de Mato Grosso. E-mail: ademilsonmatos75@gmail.com

³¹ Doutora em Letras – Estudos literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutora em Comunicação e Informação Contemporânea pela Universidade de Santiago de Compostela (USC-ES); Mestre em Letras – Literatura Comparada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFSM. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) da URI – campus de Frederico Westphalen. E-mail: laisabisol@uri.edu.br.

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS NA 4ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL: A ÓTICA DOS SERVIDORES DA SUSEPE

Daniel Pulcherio Fensterseifer³²

Resumo

O presente trabalho refere-se a pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus de Frederico Westphalen, financiada pela FAPERGS. Aborda o direito à educação e sua efetividade no ambiente prisional. A pesquisa tem como objetivo geral investigar as políticas e práticas educativas dentro do sistema penitenciário gaúcho. A pesquisa foi realizada em 06 estabelecimentos prisionais dentre os 14 que compõem a 4ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, tendo sido entrevistados 12 policiais penais e 12 apenados, formando uma amostra de 24 participantes. O presente recorte aborda os resultados obtidos junto aos policiais penais. Dentre estes, foi encontrado que, para a maioria (07 respostas), a educação na prisão serve para realizar as funções atribuídas à pena a partir das teorias tradicionais, dentre elas, a reeducação, a reinserção e a ressocialização. Em 06 respostas houve menção a termos que remetem ao crescimento pessoal do apenado e em 05 respostas foi relatado que a educação tem importância, pois contribui para a redução da pena pela remissão. Além disso, evidenciou-se que em todos os estabelecimentos prisionais ocorre pelo menos uma atividade. Todos os servidores da SUSEPE responderam que ocorre, ao menos, uma atividade, destacando-se que pelo menos um servidor de cada presídio relatou que há remissão pela leitura. Em dois estabelecimentos Penais foi relatado que a única atividade educativa desenvolvida é a remissão pela leitura. Além da remissão da pena pela leitura, foi trazido em 04 respostas que é possibilitado o acesso a cursos superiores e em outras 04 respostas que é possível cursar o ensino médio e fundamental, relacionado ao EJA. Ademais, houve 01 relato sobre cursos profissionalizantes e 01 resposta sobre “cursos” sem especificar o tipo. Em 03 respostas foi relatado desconhecimento acerca de atividades educativas realizadas em outros estabelecimentos penais. Quanto às sugestões sobre a educação ofertada nos presídios, houve 07 respostas que indicaram a necessidade de investimentos em infraestrutura relacionada a ambientes físicos para a realização dos estudos e em 05 respostas foi trazida a necessidade de ampliação da oferta de cursos, englobando o ensino médio, fundamental, superior e profissionalizante. Houve uma resposta que indicou a necessidade de reconhecimento de que as práticas educativas são atividades positivas e uma resposta sugerindo a desburocratização da sua implantação. De uma forma objetiva, verificou-se que a remissão da pena pela leitura é a principal atividade educativa ofertada nos estabelecimentos prisionais, embora não seja a única na maioria dos casos. Isso representa uma política pública deficiente, onde uma atividade que deveria ser acessória ganha status de principal mecanismo de educação. Com isso, o Estado pode responder que garante o direito à educação dos apenados e por um custo muito baixo. Contudo, a remissão da pena pela leitura não pode se constituir sozinha no Direito à Educação.

Palavras-chave: Educação. Prisão. Direito Educativo.

³² Doutor e Mestre em Ciências Criminais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW (mestrado e doutorado) e advogado. danielpulcherio@uri.edu.br.

O PAPEL DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO NA FORMAÇÃO POLITICA E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Rodenil Gonçalves de Jesus³³
Daniel Pulcherio Fensterseifer³⁴

Resumo

Introdução: as escolas legislativas do brasil existem no âmbito federal, estadual e municipal. O processo educativo destas escolas contribui na profissionalização de servidores e parlamentares para a excelência do seu exercício em prol a cidadania. Entretanto ainda não é muito claro para a sociedade civil quais as contribuições que essa instituição pode oferecer aos membros do poder legislativo e para a sociedade civil. **Objetivos:** Este trabalho apresenta como objetivos realizar uma extensa revisão bibliográfica sobre o assunto, explorar o histórico cronológico das escolas legislativas no brasil e quais as suas contribuições ao longo do tempo na formação dos membros do legislativo bem como suas contribuições para a sociedade. **Metodologia:** Este é um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca como Scielo, Google acadêmico e CAPES/sucupira através das palavras chaves: Educação informal, escola legislativa, formação de parlamentares e formação de colaboradores da casa legislativa. Foram utilizados como fonte de pesquisa material bibliográfico dos últimos dez anos. **Resultados:** Como resultado desta profunda pesquisa foi possível comprovar que há uma necessidade eminente de demonstrar para a sociedade as ações promovidas por esta escola pela relevância que se faz o letramento político no brasil com a intenção do cidadão entender o processo democrático e fortalecer a democracia brasileira. **Conclusão:** Conclui-se então que a escola do legislativo aproxima o parlamento da sociedade, porém, ainda ocorrem algumas dúvidas acerca desta contribuição por se tratar de uma via educacional para os servidores, porém, que traz para a sociedade a construção de um processo democrático modernizado e transparente, onde a sociedade será sempre a maior beneficiada.

Palavras-chave: Educação informal. Escola legislativa. Formação de parlamentares.

³³ Mestre do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: a097464@uri.edu.br

³⁴ Doutorado em Ciências Criminais pela (PUCRS). Professor Titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO HÍBRIDO NO ENSINO SUPERIOR: CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS ÀS DCN's DA MATEMÁTICA

Alexandre da Silva³⁵

Elisabete Cerutti³⁶

Resumo

O grande desafio da atualidade consiste na adaptação das tecnologias para com a infraestrutura existente nas escolas e nas Instituições de Ensino Superior. Partindo desse pressuposto e pensando nos processos de inovações em que o mundo moderno exige, surge então este trabalho como uma alternativa para repensar as metodologias de ensino. O objetivo do trabalho é pensar em como pode ser promovido o desenvolvimento do Ensino Híbrido no Ensino Superior, mais especificamente no curso de Matemática. Em um primeiro momento, realizou-se uma revisão bibliográfica, com o intuito de verificar o que grandes pesquisadores discutem sobre o Ensino Híbrido, o Ensino superior e a Formação de Professores. Já no segundo momento, efetuou-se uma leitura das Diretrizes Curriculares para os cursos de matemática, com o intuito de observar como estas falam que um curso deve ser estruturado. Tendo ciência disso, então, elaboraram-se duas propostas de ensino utilizando os modelos de rotação. Para essas propostas, foram escolhidos os conteúdos de Geometria Euclidiana, utilizando o modelo de rotação por estações, e a disciplina de História da Matemática, utilizando o modelo de Sala de aula invertida. O intuito da criação dessas propostas de ensino é de mostrar a aplicabilidade do ensino híbrido no Ensino Superior, além de tentar potencializar os processos de ensino e aprendizagem dos discentes dos cursos de licenciatura em matemática. Destaca-se, com base nesse trabalho, que utilização do ensino híbrido é possível, contudo, este traz consigo diversas responsabilidades, o que por muitas vezes deixa os professores com receio de utilizar essa metodologia ativa.

Palavras-chave: Ensino Híbrido. Matemática. Metodologia Ativa. Ensino Superior.

³⁵ Doutorando em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI-FW. E-mail: a085692@uri.edu.br.

³⁶ Doutora em Educação e professora do Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI-FW. E-mail: beticerutti@uri.edu.br

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: ESTUDO SOBRE ALUNOS REFUGIADOS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE CUIABÁ-MT

Rafael Masson Furtado³⁷
Daniel Pulcherio Fensterseifer³⁸

Resumo

Este trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa e de campo realizada com os professores - que estão trabalhando ou trabalharam com alunos refugiados - coordenadores e diretor, produzida na Escola Estadual Alcebíades Calháo, em Cuiabá-MT, em 2021. É também o resultado do estudo a ser apresentado ao Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação Interinstitucional, ofertado pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI e Instituto Business Group – IBG, Campus de Frederico Westphalen - RS. O objetivo deste foi investigar a efetividade da Resolução nº 002/2019 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e a legislação brasileira que regem o ensino para alunos refugiados no Brasil, sob a óptica dos professores e gestores. O início da proposta metodológica compreendeu o processo de leitura de documentos que regem a Educação para alunos refugiados; e de levantamento dos dados, através da distribuição de questionários elaborados no *Google Forms* (enviados nos e-mails institucionais). Após a devolução com as respostas, separou-se os dados em categorias e aplicou-se os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos no projeto. Depois disso, analisou-se e discutiu-se os resultados, apresentando, assim, reflexões, desafios e recomendações para que se possa expandir o tema; para que se proporcione a criação de políticas públicas que atendam efetivamente os direitos educativos e humanos dos estudantes refugiados venezuelanos. A partir desta pesquisa foi possível verificar uma série de desafios que ainda precisam ser superados para que a inclusão de alunos refugiados possa ser desenvolvida de uma forma efetiva. Há necessidade de se oportunizar a qualificação profissional, com investimentos por parte do Estado, e também de assistência aos alunos refugiados.

Palavras-chave: Educação. Direito. Inclusão. Refugiados.

³⁷ Mestre em Educação pela URI/FW-IBG. rafamasson@gmail.com

³⁸ Doutor e Mestre em Ciências Criminais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) e do curso de direito da URI/FW. danielpulcherio@uri.edu.br.

A LIBERDADE DE ESCOLHA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS: AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO OU LIMITAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO?

Janaina Rossarolla Bando³⁹

Daniel Pulcherio Fensterseifer⁴⁰

Resumo

O presente trabalho é fruto de projeto de tese de doutorado cujo tema é a “A liberdade de escolha dos itinerários formativos: autonomia e emancipação ou limitação ao direito à educação?”. A tese proposta reside na afirmativa de que há um discurso por trás da liberdade de escolha dos alunos acerca dos itinerários formativos. No entanto, esta liberdade mascara uma precoce autonomia e emancipação que influenciam diretamente na determinação de sua carreira profissional. Sob o ponto de vista da *Therapeutic Jurisprudence*, o discurso pode ser de liberdade, mas o efeito pode ser completamente oposto, no sentido de comprometer o sujeito a se limitar naquilo que escolheu (ou lhe foi escolhido) quando não tinha maturidade para fazer esta escolha. Como objetivo geral se busca verificar qual a percepção dos alunos, professores e gestores sobre as mudanças e preparação para escolha dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio, o qual se desdobra em três objetivos específicos, sendo: a) identificar quais itinerários formativos foram implementados na escola estudo de caso; b) investigar quais dificuldades/facilidades encontradas pelos alunos, professores e gestores na escolha dos itinerários formativos; e c) compreender os impactos que a mudança no ensino médio causam sobre os alunos, do ponto de vista da *Therapeutic Jurisprudence*. A pesquisa será estudo de caso com objetivos exploratório e descritivo, utilizando-se os procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O universo encontra-se na literatura dos últimos 05 anos, a amostra na análise de documentos referentes a reforma do ensino médio, em específico quanto aos itinerários formativos e o corpus no resultado da pesquisa de campo. O procedimento a ser adotado será o fichamento da revisão bibliográfica e documentação direta, bem coleta de dados através de questionário o qual será aplicado aos alunos, professores e gestores da escola estudo de caso, buscando-se compreender no que a *Therapeutic Jurisprudence* pode contribuir na concepção do protagonismo juvenil no contexto dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio. Para tanto, adotar-se-á o método da análise de conteúdo para analisar os dados. Ao final, se espera obter informações suficientes que possibilitem o embasamento para proposição de elementos que possam auxiliar os sistemas de ensino na organização e implementação dos itinerários formativos no currículo do ensino médio.

Palavras-chave: Educação; Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas.

³⁹ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). Advogada, docente e coordenadora de curso. E-mail: janaina.bando@hotmail.com

⁴⁰ Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Advogado e docente. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E *THERAPEUTIC JURISPRUDENCE*: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE UMA APLICAÇÃO CONJUNTA

Caroline Legramante Martins Pavanelo⁴¹
Daniel Pulcherio Fensterseifer⁴²

Resumo

A referida pesquisa encontra-se em fase de elaboração de projeto, no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI, vinculada à linha de pesquisa das Políticas Públicas e Gestão da Educação. As políticas públicas educacionais requerem significação, tendo em vista a relevância para o cenário atual. Além disso, buscam seu espaço no intuito de expansão e de inclusão das políticas no campo investigativo científico. Nessa perspectiva contributiva, o Ciclo de Políticas Públicas apresenta um referencial teórico amplificado e, ao mesmo tempo minucioso, frente às políticas públicas. Desse modo, o trabalho propõe-se a investigar o conceito e a abordagem metodológica do Ciclo de Políticas Públicas. A partir daí, especula-se a possibilidade de associar ao Ciclo, a *Therapeutic Jurisprudence*. Essa coligação justifica-se pela necessidade de tornar a avaliação das políticas públicas mais completas, além de visar a análise do impacto da lei nas pessoas que por ela são afetadas. Reitera-se que a pesquisa perpassa pelo viés exploratório, qualitativo, bibliográfico e documental. Contudo, pondera-se que o Ciclo de Políticas Públicas é uma metodologia suscetível a flexibilidade, cujo objetivo designa-se a instigar a conexão com a dialética e a circularidade, nos diferentes contextos. Nesse sentido, a *Therapeutic Jurisprudence* contribui com suas concepções que sinalizam a humanização, na qual perpassa a ética do cuidado. Sua formulação pauta-se na compreensão e no desejo de incluir o aspecto psicoemocional dos envolvidos. As leituras realizadas até o momento, possibilitam consentir o elo entre o Ciclo de Políticas Públicas e a *Therapeutic Jurisprudence*, pelo modo em comum que ambas transitam: a essencialidade da relação humana. Faz-se necessário ponderar que esse estudo corrobora com a ciência, a partir do ensejo em que suscita o viés da sensibilidade – urgente e importante – na conjuntura da resolução de problemas. Essas demandas são trazidas à tona nos estudos de Bowe, Ball e Mainardes, na compilação e no aprofundamento de cada contexto do Ciclo de Políticas. Reconhece-se que a avaliação da política, ainda requer fluir por um percurso mais assertivo e efetivo, no sentido de que haja o enlace entre os diferentes contextos e não o distanciamento entre a formulação e a prática. É mister que as experiências no campo político e educacional se constituam enquanto objeto de estudo. Diante disso, espera-se que, ao constatar a possível associação da *Therapeutic Jurisprudence* ao Ciclo de Políticas Públicas, possa despertar o desenvolvimento de políticas cada vez mais completas, no sentido de avaliar o impacto “terapêutico” e “antiterapêutico” da lei sobre as pessoas. Integrar a dialética, a circularidade e o cuidado desde a formação da agenda, é desencadear um olhar qualificado e humano, inovador e passível de maior eficiência.

Palavras-chave: Ciclo de Políticas. *Therapeutic Jurisprudence*. Políticas Educacionais.

⁴¹ Pedagoga, especialista em Educação e gestora na Escola da URI-Santiago/RS. Mestranda em Educação PPGEDU URI/FW.

⁴² Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Professor do Curso de Direito e do Mestrado em Educação da URI/FW.

INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE MARIA TERESA EGLÉR MANTOAN

Mariluz Terezinha Pertuzzatti⁴³
Cesar Riboli⁴⁴

Resumo

O texto aborda a temática que envolve a inclusão escolar a partir da perspectiva da autora Maria Teresa Eglér Mantoan, notadamente no que diz respeito ao atendimento de estudantes com algum tipo de deficiência e a maneira como as escolas brasileiras vêm acolhendo e realizando o ensino para estes estudantes. De acordo com Mantoan (20.) muitas crianças e adolescentes que são incluídos nas escolas já trazem em si uma carga de exclusão sofrida por parte de suas família, da sociedade e da própria escola o que leva conseqüentemente esses estudantes ao fracasso ou abandono escolar. Mantoan afirma que é necessário olhar a necessidade de iniciativas inclusivas sob três aspectos: a questão da identidade versus diferença, a questão legal e a questão da mudança para que haja uma revitalização na educação escolar inclusiva. Na questão de identidade versus diferença, a autora aponta para as propostas de inclusão que consideram a presença de alunos com e sem deficiência em sala de aula comum, trazendo a visão de que a escola prega a ideia de tolerância e respeito ao outro, o que pode gerar um ar de superioridade de quem tolera e que o sentimento de respeito pode gerar um certo essencialismo que traz arraigada a ideia de que as diferenças são definitivamente estabelecidas de tal forma que só nos resta respeitá-las. No aspecto que se refere a questão legal, Mantoan provoca a reflexão sobre como é possível utilizar o conceito de diferença para produzir preconceito, discriminação e exclusão, cita como exemplo a questão das políticas públicas educacionais que ignoram a diferença representada na unicidade do ser humano, não sendo aplicada para categorização e inferiorização de quaisquer indivíduos. Menciona ainda, que interpretações tendenciosas da legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Ainda, no que se refere a questão de mudanças, Mantoan evidencia que uma das maiores barreiras para mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor a neutralização de todos os desequilíbrios que eles possam provocar na nossa velha forma de ensinar. Afirma também que a inclusão “pegou as escolas de calças curtas”. A escola sente-se ameaçada por tudo que ela mesma criou para se proteger da vida que existe além de seus muros e de suas paredes, novos saberes, novos alunos, outras maneiras de resolver problemas e de avaliar a aprendizagem, outras artes de fazer, como sugeriu Michel Certeau (2014). Mantoan, conclui dizendo que incluir é necessário, sobretudo para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para levar a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Palavras-chave: Inclusão, legislação, escola brasileira, mudanças.

⁴³ Mestranda em Educação pela URI- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen-RS. Especialista em Atendimento Escolar Especializado-AEE, Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional e Práticas Pedagógicas Contemporâneas. Graduada em Letras Português e Espanhol e respectivas literaturas, pela URI - Frederico Westphalen. Professora da rede municipal de Frederico Westphalen-RS. E-mail: a070927@uri.edu.br ID Lattes: 4557108303600390.

⁴⁴ Doutor em Educação pela UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Direitos pela URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI. Professor do curso de Direito e do Programa de Pós-graduação PPGD em Educação da URI. E-mail criboli@uri.edu.br. Orcid nº 0009-0001-0158-949X.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONSUMO: AS ABORDAGENS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Walter Bubiak Junior⁴⁵

Resumo

Esta dissertação vincula-se a linha de pesquisa: Formação de Professores, Saberes e Práticas Educativas, do Programa Pós-graduação em Educação – Mestrado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, aborda a temática da Educação Financeira e o Consumo dos jovens apresentada na legislação educacional brasileira, trata-se de uma temática recorrente e atual, pois a Educação Financeira e o Consumo estão intrinsecamente ligadas, além disso, muitas pesquisas abordam que no Brasil o endividamento dos jovens é crescente, por isso a necessidade de analisarmos e problematizarmos essas temáticas. O objetivo geral da pesquisa é analisar como os documentos oficiais orientadores e normativos da educação básica nacional abordam a Educação Financeira e o Consumo. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa descritiva, na qual envolve a pesquisa bibliográfica e documental, os dados empíricos foram coletados a partir da redação das legislações nacional vigente que deliberam sobre a educação básica que aborda e norteiam os estudos da Educação Financeira e o Consumo. Para o tratamento e análise dos dados coletados, será a partir da perspectiva descritiva e interpretativa de acordo com os pensamentos de Létourneau (2011). Assim, com o tema definido a fundamentação teórica esta embasada nos estudos de autores que menciona a importância da Educação financeira e Consumo, sendo eles: Skvosmose (2007, 2014), Freire (2007), Bauman (2008), Chiarello (2014), entre outros que nos auxiliaram no entendimento teórico da pesquisa. Por estar em construção a proposta tem nos desafiado a refletir sobre o sentido da implementação das normas legais da educação em perspectiva crítica, uma vez que suas reflexões tornarão sujeitos conscientes de suas práticas pessoais e sociais. Embora a abordagem específica possa variar, há um reconhecimento crescente da importância da Educação Financeira e do Consumo responsável como componentes essenciais da formação dos estudantes, refletido em diferentes iniciativas e diretrizes educacionais.

Palavras-chave: Educação Financeira. Consumo. Jovens. Documentos Legais. Educação Básica.

⁴⁵ Licenciado em Matemática pela UNIOESTE. Mestrando em Educação pelo PPGEDU – URI/IBG. Professor de Matemática na rede estadual do Mato Grosso. E-mail: walterbubiak@hotmail.com.

O PROCESSO DE ELEIÇÃO DE GESTORES ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA

Patrícia Andréa Rauber Knorst⁴⁶

Silvia Regina Canan⁴⁷

Resumo

Com o objetivo de compreender o processo da eleição de gestores escolares da rede municipal de ensino de Santa Catarina e seus impactos para a gestão democrática pesquisamos no estado do conhecimento elementos que visam contribuir para nossa pesquisa. Desse modo, esse objetivo integra a pesquisa científica que faz parte da elaboração da Dissertação do Mestrado em Educação pelo PPGEDU da URI- Campus de Frederico Westphalen, inserida na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação e possui como temática a Gestão Escolar Democrática. A metodologia utilizada para responder a esse objetivo foi a pesquisa bibliográfica com a aplicação de descritores no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com ênfase na área de conhecimento da educação e com o marco temporal de 2013-2023. Como resultados enfatizamos que, primeiramente o gestor escolar tem grande responsabilidade em uma unidade escolar, sendo que sua função exerce grande influência entre todos os profissionais que atuam dentro da escola, e desse modo o fato de como é eleito ou indicado dentro uma unidade escolar pode afetar a sua autonomia, bem como seu desempenho na organização escolar e em relação com os profissionais escolares, famílias e/ou estudantes. Consideramos importante destacar que, o fato de haver o processo da eleição de gestores escolares na rede municipal de ensino, muitas vezes, não se garante a efetivação do processo de gestão democrática, porém, é um caminho aberto público e democraticamente aos interesses dos profissionais que atuam em escolas, e que podem, conforme as regras de cada forma de ingresso ao cargo (editais, concursos, decretos, ...), se apresentarem para ocupá-los, mediante o processo eleitoral evitando que, o provimento do cargo de gestor escolar ocorra a partir de indicação política-administrativa. Nesse enfoque, apontamos como parte dos resultados que, atualmente, existem várias legislações que amparam a Gestão Democrática no Brasil, por isso, enalteçemos que para acontecer esse processo é necessária a participação da comunidade escolar. Ainda não há unanimidade na questão que envolve a eleição para cargos de gestão escolar, uma vez que, cada município, possui regras próprias, que compõem esse processo de escolha de gestores escolares. Sendo assim é necessário que os municípios respeitem as legislações que amparam a Gestão Democrática. Sinalizamos que, a pesquisa ainda está em desenvolvimento, e carece de mais estudos que permitam responder ao objetivo proposto, mas, provisoriamente, constatamos que a possibilidade de ocorrer o processo de eleição de diretores na rede municipal de ensino é, sem dúvida, um caminho para ampliar e melhorar os indicadores de qualidade educacional e consolidar a democracia na escola.

Palavras- chave: Gestão Democrática. Eleição de Gestores. Rede Municipal. Santa Catarina.

⁴⁶ Licenciada em História, Pedagogia e Filosofia. Mestranda em Educação pela URI- Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen- RS. Atualmente Assistente de Educação na EEBPMFTrancoso e Vínculo na Rede Municipal Ensino de Iraceminha-SC. Email: patriciaandreaauber@gmail.com.

⁴⁷ Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil (2009). Professora titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil. E-mail: silvia@uri.edu.br.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONSUMO: AS ABORDAGENS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Walter Bubiak Junior⁴⁸

Resumo

Esta dissertação vincula-se a linha de pesquisa: Formação de Professores, Saberes e Práticas Educativas, do Programa Pós-graduação em Educação – Mestrado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, aborda a temática da Educação Financeira e o Consumo dos jovens apresentada na legislação educacional brasileira, trata-se de uma temática recorrente e atual, pois a Educação Financeira e o Consumo estão intrinsecamente ligadas, além disso, muitas pesquisas abordam que no Brasil o endividamento dos jovens é crescente, por isso a necessidade de analisarmos e problematizarmos essas temáticas. O objetivo geral da pesquisa é analisar como os documentos oficiais orientadores e normativos da educação básica nacional abordam a Educação Financeira e o Consumo. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa descritiva, na qual envolve a pesquisa bibliográfica e documental, os dados empíricos foram coletados a partir da redação das legislações nacional vigente que deliberam sobre a educação básica que aborda e norteiam os estudos da Educação Financeira e o Consumo. Para o tratamento e análise dos dados coletados, será a partir da perspectiva descritiva e interpretativa de acordo com os pensamentos de Létourneau (2011). Assim, com o tema definido a fundamentação teórica esta embasada nos estudos de autores que menciona a importância da Educação financeira e Consumo, sendo eles: Skvosmose (2007, 2014), Freire (2007), Bauman (2008), Chiarello (2014), entre outros que nos auxiliaram no entendimento teórico da pesquisa. Por estar em construção a proposta tem nos desafiado a refletir sobre o sentido da implementação das normas legais da educação em perspectiva crítica, uma vez que suas reflexões tornarão sujeitos conscientes de suas práticas pessoais e sociais. Embora a abordagem específica possa variar, há um reconhecimento crescente da importância da Educação Financeira e do Consumo responsável como componentes essenciais da formação dos estudantes, refletido em diferentes iniciativas e diretrizes educacionais.

Palavras-chave: Educação Financeira. Consumo. Jovens. Documentos Legais. Educação Básica.

⁴⁸ Licenciado em Matemática pela UNIOESTE. Mestrando em Educação pelo PPGEDU – URI/IBG. Professor de Matemática na rede estadual do Mato Grosso. E-mail: walterbubiak@hotmail.com.

OS CONFLITOS DENTRO DE SALA E ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA SUA PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO

Cícera Barbosa⁴⁹

Daniel Pulcherio Fensterseifer⁵⁰

Resumo

O ambiente escolar é um mundo complexo onde interações sociais, emocionais e intelectuais se entrelaçam diariamente conflitos são inevitáveis. Nesse contexto, emergindo de diferenças individuais, expectativas diversas e necessidades não atendidas. A proposta desse artigo é de apresentar aporte teórico voltado à temática que envolve os conflitos existentes no cotidiano escolar, fornecendo insights sobre sua natureza, causas e mecanismo que facilite o fazer pedagógico. Esses achados ressaltam a importância da pesquisa proposta para o avanço do conhecimento nessa área. As contribuições esperadas incluem subsídios teóricos e práticos para profissionais da educação e formuladores de políticas, visando aprimorar a abordagem de conflitos em ambientes escolares. A escola, enquanto espaço de aprendizagens também é propício para o surgimento de situações conflituosas, está por sua vez, desempenha um papel central na socialização e no envolvimento das relações humanas, tanto presencialmente quanto no ciberespaço. O ser humano, inerentemente social, encontra-se imerso em um contexto globalizado e inter-relacional, onde os conflitos emergem como elementos naturais da interação. Surge, portanto, indagações a respeito: Como o professor pode desempenhar um papel eficaz na prevenção, abordagem e resolução de conflitos na sala de aula? Este questionamento fundamenta a pesquisa, cujo objetivo geral foi analisar, na produção acadêmica, reflexões sobre as condutas que professores podem utilizar para prevenir e resolver conflitos entre alunos no contexto escolar. Este estudo contribui com discussões teóricas sobre a atuação do professor na mediação de conflitos escolares. Quanto ao embasamento teórico deste trabalho de pesquisa, engloba os conceitos relacionados à mediação de conflitos e as políticas públicas educacionais que permeiam no interior da escola. No que se refere aos estudos mapeados destacaram a relevância das políticas públicas, identificando lacunas específicas voltadas para o assunto em pauta.

Palavras-chave: conflitos; mediação; políticas públicas.

⁴⁹ Graduada em Pedagogia. Mestra em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen – RS. E-mail: cicera_barbosa1@hotmail.com.

⁵⁰ Doutor em Ciências Criminais. Professor do PPG em Educação e do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen – RS. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br. Atuação profissional. E-mail.

EPISTEMOLOGIA E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS DO HUMANISMO DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR

Fernando Battisti⁵¹

Elisabete Cerutti⁵²

Resumo

A pesquisa apresenta uma possibilidade epistemológica para as Metodologias Ativas que se utilizam das tecnologias digitais. O trabalho é desenvolvido a partir da problemática: como configuram-se epistemologicamente as práticas educacionais no Ensino Superior no contexto de cibercultura, na perspectiva das Metodologias Ativas e do Humanismo Digital? O estudo foi desenvolvido em três etapas. A primeira de forma bibliográfica, hermenêutica, com a revisão da literatura e construção do estado do conhecimento, no qual, proporcionou dimensionar um arcabouço teórico para fundamentação teórica do Humanismo Digital. A segunda etapa, a pesquisa documental, consistiu na análise de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação (PPCs) de cursos de Graduação Ativa. Ela teve foco no estudo metodológico do Projeto Integrador (PI), Disciplinas na modalidade em EaD e Trabalho Discente Efetivo (TDE) nos cursos de Graduação Ativa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Erechim e desenvolveu maior aproximação entre a Graduação Ativa e o Humanismo Digital tendo como temporalidade os PPCs aprovadas no ano de 2020. A terceira etapa da pesquisa, ocorreu a partir do estudo de campo com 157 professores da URI Erechim. Essa etapa foi desenvolvida por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977), no qual, a partir das categorias de análise contribuiu para o aprofundamento da composição do Humanismo Digital, como possibilidade epistemológica às Metodologias Ativas. Dentre os resultados da pesquisa, tem-se a proposição da configuração do Humanismo Digital como base às Metodologias Ativas com tecnologias digitais, sendo constituído a partir da intersecção entre a Cibercultura, Novo Humanismo e Complexidade e tendo como referenciais: Pierre Lévy (1999), Tapio Varis e Tornero (2012) e Edgar Morin (2003). O estudo está subdividido em 04 artigos organizados com as temáticas assim evidenciadas: epistemologia na Graduação Ativa, Graduação Ativa na universidade, epistemologia das Metodologias Ativas diante do Humanismo Digital e Epistemologia e Educação. A pesquisa foi básica, de caráter exploratório, sendo quanti/qualitativa e está inserido da linha de pesquisa: Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias, do PPGEDU – URI/FW.

Palavras-Chave: Metodologias Ativas. Cibercultura. Novo Humanismo. Humanismo Digital

⁵¹ Doutor em Educação URI/FW. Professor. fernando@uri.edu.br

⁵² Elisabete Cerutti, URI/FW. Professora dos cursos de graduação e PPGEDU. Doutorado em Educação (PUCRS). beticerutti@uri.edu.br

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E CIDADE

Gladis Lorenzato Bertol⁵³
Jaqueline Moll⁵⁴

Resumo

O Estado do Conhecimento é um tipo de pesquisa bibliográfica, realizada principalmente através da análise de teses, dissertações e artigos científicos, com o objetivo de conhecer o que está sendo pesquisado em determinada área, sobre determinado tema (Morosini, 2015). Neste estudo apresentamos o Estado do Conhecimento elaborado como parte do projeto de dissertação para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Educação, intitulado “Educação e Cidade: Nexos, possibilidades e construções”. O levantamento das produções foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com um recorte temporal de dez anos (2014-2023), utilizando os seguintes descritores: “educação e cidade”, “cidade que educa” e “cidade educadora”. O objetivo foi identificar e analisar pesquisas que abordassem as relações entre educação e cidade, destacando o potencial educativo da cidade. Como resultado geral da busca, obtivemos 84 trabalhos (18 teses e 66 dissertações) utilizando o descritor “educação e cidade”, 39 trabalhos (14 teses e 25 dissertações) utilizando o descritor “cidade que educa”, e 109 trabalhos (23 teses e 86 dissertações) utilizando o descritor “cidade educadora”. Considerando a semelhança dos descritores, alguns trabalhos se repetiram. Excluindo-se os trabalhos repetidos, constituíram o corpus de análise 201 produções. Após a leitura dos resumos de todas as produções, foram selecionados 21 trabalhos (07 teses e 14 dissertações) para análise mais aprofundada, considerando a aproximação com a proposta da pesquisadora. A análise consistiu na identificação dos objetivos, metodologias e resultados das pesquisas. A construção do Estado do Conhecimento possibilitou a reflexão sobre o campo de pesquisa, estabelecendo o grau de relevância do tema, a percepção de caminhos ainda pouco explorados, além de identificação dos principais autores que discutem sobre a temática e, portanto, poderão ser utilizados como referência teórica.

Palavras-chave: Educação, Cidade, Estado do Conhecimento.

⁵³ Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI - PPGEDU, na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação. Bolsista CAPES. Assistente de Educação na Rede Pública Estadual de Educação de SC. E-mail: gladislorenzato@gmail.com

⁵⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora titular da Faculdade de Educação e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências/UFRGS. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail: jaquelinemoll@gmail.com

A REMIÇÃO DA PENA DE PRESOS POR MEIO DA LEITURA LITERÁRIA

Ariele Eidt⁵⁵

Daniel Pulcherio Fensterseifer⁵⁶

Resumo

O presente trabalho trata dos resultados de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório desenvolvida no curso de Mestrado em Letras da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Buscou-se compreender e discutir a possibilidade de remição da pena de presos por leitura, a partir da Recomendação nº 44 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, bem como da experiência desenvolvida na Unidade Prisional Avançada (UPA) de São José do Cedro/SC. Teve como objetivos conhecer o projeto remição de pena de presos por leitura no sistema penitenciário, pesquisar a importância da leitura, investigar a relevância do projeto de remição por leitura, compreender o processo de remição por estudo/leitura, conhecer as condições para a leitura e apresentar uma proposta/modelo de projeto de remição por leitura no ambiente prisional como possibilidade de implantação, preocupando-se com a ressocialização e a reeducação, na perspectiva da reintegração harmônica em sociedade e com a construção do sujeito e da cidadania. Para isso, a pesquisa foi elaborada a partir da leitura de obras, teses, revistas acadêmicas e artigos científicos sobre conceitos de leitura, a sua importância, remição de pena de presos por meio da leitura, ressocialização de presos e sistema penitenciário brasileiro. A partir desta pesquisa foi revelada a importância e pronta possibilidade de implantação de projetos relacionados à remição da pena de presos pela leitura. Registrou-se também a relevância de oportunizar o acesso ao estudo e ao conhecimento à população encarcerada como instrumento fundamental à formação de valores e princípios que podem reduzir as chances de envolvimento com a justiça penal. Desta intersecção entre o mundo da prisão e o mundo da leitura, abre-se uma possibilidade no tempo em que o leitor por um instante parece estar livre e autorizado a viver outra história.

Palavras-chave: Direito Penal; Leitura; Prisão; Remição; Ressocialização

⁵⁵ Graduação em Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura, Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Literatura pela Instituição Faculdade Venda Nova do Imigrante, Mestre em Letras pela Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e da Região das Missões. E-mail do autor: ariele.ae@hotmail.com.

⁵⁶ Graduação Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Professor do PPG em Educação e do Curso de Direito na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI-FW. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

ABORDAGENS INOVADORAS PARA O ENSINO EM PSICOLOGIA: OLHARES SOBRE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS

Michele Fröhlich Marquette⁵⁷
Elisabete Cerutti⁵⁸

Resumo

Este estudo se propõe a investigar de maneira detalhada as práticas inovadoras aplicadas ao ensino de Psicologia, com especial atenção aos métodos pedagógicos e à integração eficaz das tecnologias digitais como ferramentas educacionais. O objetivo primordial é desvendar de que forma tais métodos, quando aliados às tecnologias digitais, podem potencializar a eficácia do processo de ensino nas aulas no Ensino Superior, voltadas para os futuros profissionais de Psicologia. Considerando a complexidade inerente à educação em Psicologia, que engloba uma vasta gama de teorias e aplicações, esta pesquisa, de cunho bibliográfico, procura identificar as características distintivas que definem as práticas inovadoras nesse campo específico. Para isso, adota-se uma metodologia que abrange uma análise minuciosa das práticas educacionais presentes nos cursos de Psicologia, destacando a importância da promoção da aprendizagem ativa e da utilização eficiente das tecnologias digitais. Os resultados esperados não apenas visam elevar a qualidade do ensino de Psicologia, proporcionando benefícios tangíveis tanto para alunos, quanto para educadores e, também, têm o potencial de influenciar de forma positiva as políticas educacionais. Pretende-se, assim, orientar a implementação de práticas inovadoras em instituições de Ensino Superior, contribuindo para um ensino mais dinâmico com a relevância do protagonismo discente. Além do impacto geral na qualidade do ensino, esta pesquisa também, carrega uma relevância pessoal para a pesquisadora, uma vez que contribuiu para o seu desenvolvimento profissional como educadora em Psicologia. Portanto, além de buscar identificar práticas inovadoras, o estudo aspira inspirar transformações tangíveis no cenário educacional, promovendo um ambiente de aprendizagem que esteja em sintonia com as exigências da sociedade em constante evolução e com os avanços rápidos das tecnologias digitais. Em síntese, esta pesquisa se propõe a catalisar a inovação no ensino de Psicologia, buscando harmonizar-se com as demandas contemporâneas da educação e os avanços tecnológicos. Em suma, o estudo elucida a promoção de ambientes de aprendizagem que sejam dinâmicos, adaptáveis e verdadeiramente enriquecedor para os futuros profissionais da área de Psicologia.

Palavras-chave: Práticas inovadoras, Ensino de Psicologia, Métodos pedagógicos, Tecnologias digitais.

⁵⁷ Psicóloga, Gestora de Recursos Humanos da Concessionária Jorge Santos, Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP. Especialista em Psicologia Organizacional pela FADERGS e Gestão do Comportamento e da Interatividade nas Organizações pela UNICESUMAR. Mestranda em Educação PPGEDU pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI/FW. michelemarquette@urcamp.edu.br

⁵⁸ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Mestre pela Universidade Federal de Pelotas. Membro do Conselho do Câmpus e do Conselho Universitário da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – Câmpus FW e Professora titular desta, atuando na Graduação e no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEDU. Membro dos Grupos de Pesquisas: ARGOS/ PUC – RS. Atua como Diretora Geral da URI - Câmpus Frederico Westphalen. beticerutti@uri.edu.br

***THERAPEUTIC JURISPRUDENCE* E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PROFISSIONALIZANTES NO SISTEMA PENITENCIÁRIO**

Rochana Basso⁵⁹

Daniel Pulcherio Fensterseifer⁶⁰

Resumo

A aplicação da *therapeutic jurisprudence* (TJ) nas políticas públicas educacionais profissionalizantes (PPEP) dentro do sistema penitenciário representa um avanço significativo na abordagem da humanização aplicado aos indivíduos privados de liberdade. Este estudo objetiva investigar como a combinação entre a forma humanizada de tratamento e as PPEP contribuem para os indivíduos privados de liberdade e propor recomendações práticas para fortalecer a integração da TJ às políticas educacionais no sistema penitenciário, visando aprimorar os resultados sociais e jurídicos. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, incluindo revisão bibliográfica e análise documental para compreender as bases da TJ e as PPEP no sistema penitenciário. Diante da exposição inicial, considera-se, que dentro do sistema penitenciário, há uma reconfiguração dos usuários, principalmente daquele que cumprem pena. Trazendo a teorização de Goffman (2007), os indivíduos que são privados do direito de ir e vir, ocorre o processo de mortificação do *self*, que compreende a supressão do conhecimento sobre si mesmo, o que ocasiona a profanação do *self*, fazendo com que o internado seja suprimido do seu papel social por meio da imposição de empecilhos com o espaço exterior. As políticas públicas, em especial as educacionais profissionalizantes, têm como objetivo auxiliar o indivíduo privado de liberdade para que ele retorne à sociedade e possa voltar a servir o capital, por meio do trabalho. Nesse sentido, sobre a conjuntura formada pela tríade: poder, capital e mídia, juntamente com as ideologias que transformam as estruturas globais, modificam todas as esferas, inclusive educacionais, passando também pelo sistema penitenciário, pode-se dizer que, por meio de políticas públicas que tem em seu regulamento como foco principal à humanização, formando o cidadão para que, ao regressar à sociedade, volte ao sistema de trabalho, ou seja, retornar a engrenagem do capitalismo. Essa prática capitalista é mostrada ao longo da história, das mais diversas formas, como retratado por Foucault (1999). Nesse sentido é que se apresenta a TJ que tem o intuito de auxiliar na prática para que a lei possa ser cumprida e aplicada de modo mais terapêutico, mais humano, de modo a reduzir as consequências negativas e potencializar as positivas na aplicação do direito, do ponto de vista psicoemocional do indivíduo. O funcionamento prático da TJ se dá quando as partes diretamente envolvidas no processo, como advogados, promotores, juízes, possam gerar estratégias, com base na lei, para que a aplicação dessa seja mais terapêutica e surta os devidos efeitos, transformando positivamente o indivíduo privado de liberdade, tanto de forma psicológica quanto social. Dessa forma, considera-se que a integração da TJ nas PPEP oferecidas no sistema penitenciário, pode representar um avanço significativo na vida do indivíduo privado de liberdade. A abordagem mais humanizada da lei oferecida pela TJ, aliada aos programas educacionais profissionalizantes estruturados, pode auxiliar no sistema penitenciário como um todo, ocorrendo quando o indivíduo privado de liberdade possa ter contato com a sua penalização de forma não tão traumática, mas sim reflexiva e humanizada.

Palavras-chave: *Therapeutic Jurisprudence*. Políticas Públicas Educacionais Profissionalizantes. Sistema Penitenciário.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011.** Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Lei de Execução Penal. Brasília, 1984.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 30 maio 2024.

⁵⁹ Mestre em Educação. Bacharel em Direito. bassorochana@gmail.com.

⁶⁰ Doutor em Educação. Professor da URI-FW. danielpulcherio@uri.edu.br.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis. Ed. Vozes.1999.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7ed. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

WEXLER, Davida B.; WINICK, Bruce. J. **Law in Therapeutic Key**: Developments in Therapeutic Jurisprudence. North Carolina: Carolina Academic Press, 2016.

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UM ESTUDO DESDE A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA 4ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Karolainy Guse Martins⁶¹
Daniel Pulcherio Fensterseifer⁶²

Resumo

Historicamente, o sistema carcerário brasileiro é marcado por questões complexas e desafiadoras, com condições precárias, falta de estrutura e violência intrínseca. Neste sentido, a educação carcerária surge como uma ferramenta essencial para reduzir a reincidência criminal, bem como para promover oportunidades realistas de futuro as pessoas privadas de liberdade no seu retorno ao convívio externo. No entanto, o Brasil não possui uma política nacional consolidada de educação para o sistema penitenciário, sendo um país marcado pelo intenso contraste entre o previsto na teoria e a prática, bem como pela existência de objetivos docentes eventualmente antagônicos aos dos corpos de segurança, sendo a prisão, de acordo com Mayer (2013), antieducativa em si. Diante disso, o presente projeto de pesquisa busca estudar a educação carcerária como o direito previsto na legislação brasileira inerente e inalienável dos indivíduos, sejam eles privados de liberdade ou não. Assim, busca-se um olhar inovador e mais humanizado sobre a educação que reconhece sua importância e necessidade, abordando os estigmas e preconceitos sofridos, a pouca valorização do trabalho docente, e a carência de recursos humanos e materiais. O objetivo geral desta pesquisa é analisar de que forma o Direito à Educação é prestado para as pessoas presas na Quarta Região Penitenciária, correspondente a área de abrangência da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Trata-se de pesquisa qualitativa exploratória - pois busca encontrar ferramentas e processos educacionais carcerários utilizados e utilizáveis em todo Brasil -, e quanto aos meios configura-se como pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A partir da pesquisa espera-se analisar as políticas educacionais carcerárias do estado do Rio Grande do Sul, analisar a educação como fator protetivo da criminalidade, analisar a legislação sobre educação para pessoas presas, bem como fomentar a elaboração de pesquisas multidisciplinares e estimular a pesquisa empírica relacionada ao Direito. Para tanto, foi realizada a coleta de dados, em 06 Estabelecimentos Penais da 4ª Região Penitenciária da SUSEPE, no Rio Grande do Sul, contando com a participação de 02 servidores da SUSEPE e de 2 apenados do regime fechado de cada um dos estabelecimentos, totalizando uma amostra de 24 participantes. A partir da coleta, foi possível verificar quais e como as atividades educacionais são ofertadas nestes estabelecimentos, bem como a perspectiva dos detentos e dos servidores sobre a educação para pessoas presas.

Palavras-chave: Educação. Cárcere. Prisão.

⁶¹ Graduanda do quarto semestre de Direito na URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Estagiária na Delegacia de Polícia Civil de Frederico Westphalen. a101132@uri.edu.br.

⁶² Doutor e Mestre em ciências criminais. Professor do programa de pós-graduação em educação (mestrado e doutorado) e do curso de Direito da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. danielpulcherio@uri.edu.br.

EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM SITUAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO MASCULINO NO ESTADO DO MATO GROSSO: UM OLHAR SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS SERVIDORES DO CASE

Vanuza Gomes Lima Machado⁶³

Daniel Pulcherio Fensterseifer⁶⁴

Resumo

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGEDU) – da Universidade do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen, linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação. A educação para adolescentes em conflito com a lei em situação de restrição de liberdade é um tema complexo e multifacetado que exige atenção especial e políticas públicas eficazes. Este estudo de caso, realizado no Centro de Atendimento Socioeducativo Masculino de Rondonópolis (MT), objetivou identificar os desafios enfrentados na implementação das políticas públicas educacionais dirigidas à adolescentes em conflito com a lei em situação de restrição de liberdade. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando o estudo de caso como estratégia metodológica. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários com 10 servidores do CASE, incluindo agentes socioeducativos, professores, psicólogos e assistentes sociais. Os resultados corroboram com a literatura sobre a temática, evidenciando que a educação de adolescentes em conflito com a lei em contexto de restrição de liberdade enfrenta diversos desafios. A superação desses desafios exige um esforço conjunto do Estado, da sociedade civil e dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo. A implementação de um conjunto de medidas interligadas, como investimento em infraestrutura e recursos humanos, práticas educativas inovadoras, combate ao estigma social, articulação entre políticas públicas e participação da sociedade civil, é essencial para superar os desafios da educação de adolescentes em conflito com a lei. A construção de um sistema socioeducativo eficaz e humanizado é fundamental para assegurar a efetiva aplicação dos direitos humanos aos jovens e a construção de uma sociedade mais justa e segura. O estudo contribui para o debate sobre a educação de adolescentes em conflito com a lei, oferecendo subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes. O estudo se limita à realidade do CASE de Rondonópolis, necessitando de pesquisas em outros contextos para ampliar a compreensão da temática.

Palavras-chave: Educação. Socioeducação. Reintegração Social; Políticas Públicas.

⁶³ Mestre em Educação no PPG em Educação da Universidade Regional Integral do Alto Uruguai e das Missões – URI-FW. Graduada em Administração. Especialista em Gestão Estratégica de empresa e Metodologia do Ensino Superior. Coordenadora de Desenvolvimento Educacional. E-mail: a102214@uri.edu.br

⁶⁴ Doutor e mestre em Ciências Criminais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) e do curso de Direito da Uri. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Times New Roman, formato e-book, pdf,
em 2024.